

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99
NIRE 51.300.001.179
ri.energisa.com.br

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2022,
ÀS 11:00 HORAS (EM CUIABÁ) E 12:00 HORAS (EM BRASÍLIA)

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, JÁ DIVULGADA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 17 DE MARÇO DE 2022, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2021 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 1.133.395.315,01 em 2021.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Dividendos de R\$ 872.463.650,59, perfazendo R\$ 3,98 por ação ordinária e preferencial, dos quais já foram pagos R\$ 673.140.255,60 (R\$ 4,69 por ação), sendo R\$ 482.624.733,28 pagos em 27 de agosto de 2021 e R\$ 190.515.522,32 pagos em 09 de dezembro de 2021. Está previsto para ser pago em 23 de junho de 2022, o total de R\$ 199.323.394,99 milhões, equivalente a R\$ 0,91 por ação ordinária e preferencial, aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

81,0% do lucro líquido do exercício.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Farão jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 21 de março de 2022, respeitadas as negociações em bolsa até esta data.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

R\$ 872.463.650,59, perfazendo R\$ 3,98 por ação ordinária e preferencial.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Do total de dividendos declarados de R\$ 872.643.650,59 referente ao exercício de 2021, R\$ 482.624.733,28 foram pagos em 27 de agosto de 2021 e R\$ 190.515.522,32 foram pagos em 09 de dezembro de 2021. Os dividendos adicionais no total de R\$ 199.323.394,99 milhões, equivalentes a R\$ 0,91 por ação ordinária e preferencial, aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022 estão previstos para serem pagos no dia 23 de junho de 2022.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido dos 3 (três) últimos exercícios.

Exercício	Lucro líquido (R\$)	Lucro líquido por ação (R\$)	Lucro líquido por ação ordinária (R\$)	Lucro líquido por ação preferencial (R\$)
2021	1.133.395.315,01	5,71	4,86	5,34
2020	677.965.659,54	3,10	2,93	3,22
2019	594.156.480,66	2,79	2,62	2,88

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores (não houve distribuição de juros sobre capital próprio).

Exercício	Dividendo total (R\$)	Ação ordinária (R\$ por ação)	Ação preferencial (R\$ por ação)
2021	872.463.650,59	3,9849	3,9849
2020	527.963.669,34	2,4114	2,4114
2019	151.456.935,72	0,7114	0,7114

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

R\$ 56.669.765,75

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Lucro líquido do exercício - R\$ 1.133.395.315,01

Percentual da Reserva legal - 5%

Reserva legal = R\$ 1.133.395.315,01 x 5% = R\$ 56.669.765,75

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme estabelece o artigo 32 do Estatuto Social:

“Art.32 - A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n° 6.404/76.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A Companhia tem efetuado nos últimos exercícios pagamentos de dividendos pelo valor acima do mínimo obrigatório (25%).

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não houve retenção para Reserva de Lucro.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável.

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES, ELABORADOS DE ACORDO COM O ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

A Companhia adota as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Financial Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil para suas demonstrações contábeis consolidadas.

10.1. Comentários sobre:

10.1.a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada, principalmente, pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios.

R\$ milhões	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Dívida (a)	4.550,7	4.530,4	3.813,0
Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais (b)	404,0	1.904,6	368,8
Dívida Líquida (c) = (a) - (b)	4.146,7	2.625,7	3.444,2
Patrimônio Líquido (d)	2.877,3	2.780,7	2.218,6
Índice de Endividamento Líquido	1,44	0,94	1,55

(a) Total de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas.

(b) Consideram as aplicações financeiras no mercado aberto.

(c) A dívida líquida considera caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(d) O patrimônio líquido atribuível aos controladores inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

O total de empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, bem como as disponibilidades financeiras são conciliados abaixo:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	1.088,3	1.150,7	647,9
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	883,4	1.065,7	561,7
Debêntures	191,4	145,5	63,4
Encargos de dívidas	54,1	62,4	22,2
Parcelamento de Impostos e Benefícios pós emprego	12,8	14,0	14,8
Taxas regulamentares	-	-	-
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(53,4)	(136,9)	(14,2)
Não Circulante	3.265,7	3.131,8	3.148,4
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.703,4	1.740,1	1.811,8
Debêntures	1.718,5	1.516,6	1.353,9
Parcelamento de Impostos e Benefícios pós emprego	94,2	126,6	145,7
Taxas regulamentares	-	-	-
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(250,4)	(251,6)	(163,1)
Total das dívidas	4.354,0	4.282,5	3.796,2
(-) Disponibilidades financeiras	404,0	1.904,6	368,8
Total das dívidas líquidas	3.950,0	2.377,8	3.427,4
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	147,4	81,8	48,0
(-) Créditos CCC	44,1	20,3	19,9
(-) Créditos CVA	444,9	(265,9)	(0,5)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	3.313,5	2.541,6	3.360,1
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado	1,6	2,9	2,9

Abaixo, a Companhia apresenta seus indicadores de liquidez, que refletem a saúde financeira da Companhia e sua capacidade de honrar compromissos no curto prazo e médio prazo.

Indicadores de Endividamento e Liquidez	2021	2020	2019
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total / Ativo total) - %	74,5%	70,6%	71,3%
Composição do Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total) - %	30,8%	37,7%	28,0%
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,24	1,45	1,38
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoque)/Passivo Circulante)	1,23	1,44	1,37

Fonte: Demonstrações Financeiras Padronizadas da Companhia.

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

10.1.b. Estrutura de capital

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios.

A seguir é apresentada a oscilação do indicador Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), onde (Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures, - Disponibilidades), apurados da seguinte forma:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Dívida Líquida (a) - R\$ milhões	4.146,7	2.625,7	3.444,2
Patrimônio Líquido - R\$ milhões	2.877,3	2.780,7	2.218,6
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) - %	59,0%	48,6%	60,8%

(a) Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades.

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e recentemente realizou acesso ao mercado de capitais. Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

10.1.c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 1.040,4 milhões em dezembro, frente aos R\$ 1.103,3 milhões registrados em setembro de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntas saldos negativos de R\$ 636,4 milhões em dezembro, contra R\$ 597,1 milhões em setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 3.313,5 milhões, contra R\$ 3.139,3 milhões em setembro de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 1,5 vezes em setembro para 1,6 vezes em dezembro de 2020.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está escalonada ao longo dos anos, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida.

10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui acesso aos mecanismos de financiamento do mercado de capitais tais como debêntures, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), notas promissórias e emissões no mercado externo. Vide também item f desta seção 10.

10.1.e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A diretoria da Companhia esclarece que a Companhia busca financiamentos que aperfeiçoem o seu perfil de endividamento, como financiamentos por meio da Lei 4.131, debêntures, notas comerciais, cédulas de créditos bancários e *bonds* no mercado externo. Alternativamente, a Companhia também pode optar por se financiar mediante o aumento de seu capital social, mediante subscrição pública ou particular de ações de sua emissão.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

A contratação de qualquer endividamento deverá observar:

- Aderência ao orçamento aprovado;
- Regimento interno da diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações;
- Aprovações específicas do conselho de administração;
- Prazo médio mínimo perseguido (“duration”);
- Limite de concentração em credores;
- Buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, como Eletrobrás e BNDES, visando um melhor custo médio do capital de terceiros e um “duration” adequado às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica;
- Privilegiar operações sem garantias (“clean”), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia;
- Garantias pessoais de executivos ou acionistas não deverão ser praticadas, visando a independência operacional e financeira das empresas;
- Instrumentos de acesso ao mercado financeiro nacional (debêntures, *commercial papers*, FIDCs) deverão ser perseguidos, visando manter a presença da Companhia no mercado financeiro local. Deverão ser preservadas as estruturas de sucesso já desenvolvidas, como o FIDC Energisa, com prazos e custos cada vez mais atraentes;
- Adequação da estrutura de capital, de forma a aproximá-las da alavancagem regulatória; e
- Limitação de exposição a moedas estrangeiras a 25% do montante total da dívida onerosa.

10.1.f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

I a IV - Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes / outros

Posição em 31 de dezembro de 2021 (Valores em R\$ mil):

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 1.040,4 milhões em dezembro, frente aos R\$ 1.103,3 milhões registrados em setembro de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram montantes positivos de R\$ 636,4 milhões em dezembro, contra R\$ 597,1 milhões em setembro de 2021.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 3.313,5 milhões, contra R\$ 3.139,3 milhões em setembro de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 1,5 vezes em setembro para 1,6 vezes em dezembro de 2021.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia no último ano:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	1.088,3	1.150,7
Empréstimos e financiamentos	883,4	1.065,7
Debêntures	191,4	145,5
Encargos de dívidas	54,1	62,4
Benefícios pós emprego	12,8	14,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(53,4)	(136,9)
Não Circulante	3.265,7	3.131,8
Empréstimos e financiamentos	1.703,4	1.740,1
Debêntures	1.718,5	1.516,6
Benefícios pós emprego	94,2	126,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(250,4)	(251,6)
Total das dívidas	4.354,0	4.282,5
(-) Disponibilidades financeiras	404,0	1.904,6
Total das dívidas líquidas	3.950,0	2.377,8
(-) Créditos CDE	147,4	81,8
(-) Créditos CCC	44,1	20,3
(-) Créditos CVA	444,9	(265,9)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	3.313,5	2.541,6
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	1,6	2,9

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
INPC	-	9.308	(1.210)	(400)	1.270	-	-	8.968
IPCA	-	310.994	-	(7.143)	30.012	-	-	333.863
CDI	1.617.697	-	(644.028)	(79.674)	64.584	-	-	958.579
TR	353.498	-	-	(23.350)	23.608	-	-	353.756
Gastos com captação	(518)	-	-	-	667	(1.566)	-	(1.417)
Total do custo	1.970.677	320.302	(645.238)	(110.567)	120.141	(1.566)	-	1.653.749
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	821.720	474.700	(437.745)	(15.989)	75.898	-	-	918.584
Euro	68.115	-	-	(556)	(50)	-	-	67.509
Gastos com captação	(328)	-	-	-	219	-	-	(109)
Marcação a mercado	8.059	-	-	-	-	-	(6.988)	1.071
Total ao valor justo	897.566	474.700	(437.745)	(16.545)	76.067	-	(6.988)	987.055
Total	2.868.243	795.002	(1.082.983)	(127.112)	196.208	(1.566)	(6.988)	2.640.804
Circulante	1.128.151							937.410
Não circulante	1.740.092							1.703.394

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
CDI	1.227.131	798.333	(448.333)	(31.095)	71.661	-	-	1.617.697
TR	353.402	-	-	(23.659)	23.755	-	-	353.498
Gastos com captação	(641)	-	-	-	824	(701)	-	(518)
Total do custo	1.579.892	798.333	(448.333)	(54.754)	96.240	(701)	-	1.970.677
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	764.766	133.725	(292.210)	(23.953)	239.392	-	-	821.720
Euro	48.387	-	-	(516)	20.244	-	-	68.115
Gastos com captação	(547)	-	-	-	219	-	-	(328)
Marcação a mercado	3.238	-	-	-	-	-	4.821	8.059
Total ao valor justo	815.844	133.725	(292.210)	(24.469)	259.855	-	4.821	897.566
Total	2.395.736	932.058	(740.543)	(79.223)	356.095	(701)	4.821	2.868.243
Circulante	583.907							1.128.151
Não circulante	1.811.829							1.740.092

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (4)		Garantias (*)
	2021	2020						
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.756	353.498	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,05%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	443.566	481.684	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	5,12%		R
Nota Promissória 2ª Emissão ⁽³⁾	320.270	304.361	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	5,22%		A
Santander FRN 4133870 ⁽³⁾	194.743	192.161	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	5,37%		A
CCB BRADESCO 24032020 ⁽³⁾	-	137.301	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	9,22%		A
CCB ITAÚ 1011200300114	-	30.499	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	8,52%		A
Santander FRN 4135786	-	332.290	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	9,02%		A
Santander FRN 4137163	-	69.701	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	8,52%		A
Santander FRN 4137165	-	69.700	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	8,52%		A
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A ⁽³⁾	145.584	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	14,89%		A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B ⁽³⁾	188.279	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	14,89%		A + R
EMT X ENERGISAPREV - Migração 2020 ⁽⁵⁾	6.779	-	INPC + 5,460% a.a.	dez/31	Mensal	15,62%		A
EMT X ENERGISAPREV - Déficit de 2017 ⁽⁶⁾	170	-	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	15,61%		A
EMT X ENERGISAPREV - Déficit de 2015 A 2019 ⁽⁶⁾	2.019	-	INPC + 5,47% a.a.	out/39	Mensal	15,63%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.417)	(518)						
Total em Moeda Nacional	1.653.749	1.970.677						
Resolução 4131-Bank of America ML ^(1 e 3)	-	128.375	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	8,75% a 9,15%		A
Citibank Loan - 4131 ^(1 e 3)	40.068	74.624	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,25%		A
Citibank EDC Loan - 4131 ^(1 e 3)	40.065	74.619	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,35%		A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 ^(1 e 3)	130.840	-	1,2070% a.a.	jun/24	Final	8,60%		A

J P MORGAN Loan ^(1 e 3)	-	139.083	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	8,60%	A
Merryl Lynch Loan ^(1 e 3)	67.509	68.115	0,6870% a.a.	dez/22	Final	-0,20%	A
Scotiabank Loan ^(1 e 3)	274.583	255.699	2,1964% a.a.	dez/22	Final	9,59%	A
Citibank Loan 56416 ^(1 e 3)	64.793	60.347	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	8,15%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 ^(1 e 3)	-	88.973	2,83% a.a.	jan/21	Final	10,22%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 ^(1 e 3)	256.476	-	Libor + 1,70% a.a.	set/23	Final	9,2 a 5%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 ^(1 e 3)	111.759	-	Libor + 1,18% a.a.	ago/23	Final	8,7 a 3%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(109)	(328)					
Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	1.071	8.059					
Total em Moeda Estrangeira	987.055	897.566					
Total	2.640.804	2.868.243					

(*) A = Aval Energisa S.A., R=Recebíveis.

- (1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0 em 2021 em diante Para os financiamentos do BNDES, e Scotiabank com vencimento em 06/2024 o limite é de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 34 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.
- (5) Contato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2021 e 2020, conforme nota explicativa 34.
- (6) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$56.729 (R\$62.052 em 2020), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2021	2020
US\$ x R\$	7,39%	28,93%
CDI	4,42%	2,77%
IPCA	10,06%	4,52%
LIBOR	0,16%	0,28%
TR	0,05%	0,00%
Euro	-0,89%	40,78%
INPC	10,16%	5,45%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2023	570.448
2024	204.984
2025	75.946
2026	75.946
Após 2026	776.070
Total	1.703.394

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldo em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2021
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	840.994	-	(129.525)	(33.361)	43.675	-	-	721.783
IPCA	758.031	350.000	-	(38.829)	131.581	-	-	1.200.783
Gastos com captação	(14.835)	-	-	-	4.123	(11.569)	-	(22.281)
Marcação a mercado	77.956	-	-	-	-	-	(68.342)	9.614
Total do custo	1.662.146	350.000	(129.525)	(72.190)	179.379	(11.569)	(68.342)	1.909.899
Circulante	145.515							191.410
Não circulante	1.516.631							1.718.489

	Saldo em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	761.927	511.354	(426.366)	(37.740)	31.819	-	-	840.994
IPCA	597.444	130.000	-	(30.605)	61.192	-	-	758.031
Gastos com captação	(12.765)	-	-	-	4.258	(6.328)	-	(14.835)
Marcação a mercado	70.636	-	-	-	-	-	7.320	77.956
Total do custo	1.417.242	641.354	(426.366)	(68.345)	97.269	(6.328)	7.320	1.662.146
Circulante	63.372							145.515
Não circulante	1.353.870							1.516.631

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2021	2020							
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	106.598	96.232	15/06/2017	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	15,66%	SG

Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	95.704	86.398	15/06/2017	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	15,72%	SG
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	13.338	12.041	15/10/2017	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.487	2.245	15/10/2017	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	4.632	4.182	15/10/2017	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	15,17%	SG
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	43.685	86.257	15/10/2017	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 8ª Emissão	-	87.547	15/02/2018	47.000 / 8.658	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	5,52%	SG
Debêntures 9ª Emissão	469.059	423.451	15/09/2018	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.164	117.668	10/06/2019	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,15%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.689	32.553	10/06/2019	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	5,47%	A
Debêntures 11ª Emissão	133.742	131.378	15/02/2020	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	5,37%	A
Debêntures 12ª Emissão	393.503	385.591	25/08/2020	381.354 / 381.354	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	6,72%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	68.431	61.696	15/10/2020	60.100 / 60.100	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	79.628	71.786	15/10/2020	69.900 / 69.900	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%	A
Debêntures 14ª Emissão	360.906	-	15/10/2021	350.000 / 350.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	16,15%	A
Custos incorridos na captação	(22.281)	(14.835)							
Marcação à Mercado de Dívida	9.614	77.956							
Total	1.909.899	1.662.146							

Em 15 de outubro de 2021 a Companhia efetuou a 14ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R\$350.000 com vencimento em 15 de outubro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,0872% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 29 de outubro de 2021 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0 em 2021 em diante Para 12ª e 13ª emissão o limite é de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2021 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2021, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2023	406.459
2024	490.261
2025	277.350
Após 2026	544.419
Total	1.718.489

Posição em 31 de dezembro de 2020 (Valores em R\$ mil):

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 1.740,9 milhões em dezembro, frente aos R\$ 1.522,5 milhões registrados em setembro de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntas saldos negativos de R\$ 163,8 milhões em dezembro, contra R\$ 196,0 milhões em setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 2.541,6 milhões, contra R\$ 2.688,8 milhões em setembro de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 2,4 vezes em setembro para 2,0 vezes em dezembro de 2020.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia no último ano:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	1.150,7	647,9
Empréstimos e financiamentos	1.065,7	561,7
Debêntures	145,5	63,4
Encargos de dívidas	62,4	22,2
Benefícios pós emprego	14,0	14,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(136,9)	(14,2)
Não Circulante	3.131,8	3.148,4
Empréstimos e financiamentos	1.740,1	1.811,8
Debêntures	1.516,6	1.353,9
Benefícios pós emprego	126,6	145,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(251,6)	(163,1)
Total das dívidas	4.282,5	3.796,2
(-) Disponibilidades financeiras	1.904,6	368,8
Total das dívidas líquidas	2.377,8	3.427,4
(-) Créditos CDE	81,8	48,0
(-) Créditos CCC	20,3	19,9
(-) Créditos CVA	(265,9)	(0,5)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	2.541,6	3.360,1
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	2,0	2,9

(2) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
CDI	1.227.131	798.333	(448.333)	(31.095)	71.661	-	-	1.617.697
TR	353.402	-	-	(23.659)	23.755	-	-	353.498
Gastos com captação	(641)	-	-	-	824	(701)	-	(518)
Total do custo	1.579.892	798.333	(448.333)	(54.754)	96.240	(701)	-	1.970.677
Mensurados ao valor justo								

Moeda								
Estrangeira								
Dólar	764.766	133.725	(292.210)	(23.953)	239.392	-	-	821.720
Euro	48.387	-	-	(516)	20.244	-	-	68.115
Gastos com captação								
Marcação a mercado	(547)	-	-	-	219	-	-	(328)
Total ao valor justo	815.844	133.725	(292.210)	(24.469)	259.855	-	4.821	897.566
Total	2.395.736	932.058	(740.543)	(79.223)	356.095	(701)	4.821	2.868.243
Circulante	583.907							1.128.151
Não circulante	1.811.829							1.740.092

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
CDI	1.006.568	280.000	(71.111)	(71.008)	82.682	-	-	1.227.131
TR	353.307	-	-	(23.661)	23.756	-	-	353.402
Gastos com captação	-	-	-	-	211	(852)	-	(641)
Total do custo	1.359.875	280.000	(71.111)	(94.669)	106.649	(852)	-	1.579.892
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	618.223	200.000	(78.038)	(28.342)	52.923	-	-	764.766
Euro	-	50.000	-	-	(1.613)	-	-	48.387
Gastos com captação	(766)	-	-	-	219	-	-	(547)
Marcação a mercado	4.650	-	-	-	-	-	(1.412)	3.238
Total ao valor justo	622.107	250.000	(78.038)	(28.342)	51.529	-	(1.412)	815.844
Total	1.981.982	530.000	(149.149)	(123.011)	158.178	(852)	(1.412)	2.395.736
Circulante	155.141							583.907
Não circulante	1.826.841							1.811.829

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2020	2019					
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.498	353.402	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	481.684	482.682	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	3,47%	R
Nota Flutuante de Juros - Santander (3 e 5)	-	450.626	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	4,02% a 4,09%	A
Nota Promissória 2ª Emissão (3)	304.361	293.823	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	3,57%	A
Santander FRN 4133870 (3)	192.161	-	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	3,72%	A

CCB BRADESCO 24032020 (3)	137.301	-	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	7,57%	A
CCB ITAÚ 1011200300114	30.499	-	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	6,87%	A
Santander FRN 4135786	332.290	-	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	7,37%	A
Santander FRN 4137163	69.701	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	6,87%	A
Santander FRN 4137165	69.700	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	6,87%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(518)	(641)					
Total em Moeda Nacional	<u>1.970.677</u>	<u>1.579.892</u>					
Resolução 4131-Bank of America ML (1 e 3)	128.375	214.059	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	30,41% a 30,81%	A
Citibank Loan - 4131 (1 e 3)	74.624	57.899	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	30,91%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1 e 3)	74.619	57.892	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,01%	A
Citibank Loan - 4131 (1, 3 e 5)	-	128.422	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	30,03%	A
J P MORGAN Loan (1 e 3)	139.083	108.167	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	30,26%	A
Merryl Lynch Loan (1 e 3)	68.115	48.387	0,6870% a.a.	dez/22	Final	41,47%	A
Scotiabank Loan (1 e 3)	255.699	198.327	2,1964% a.a.	dez/22	Final	31,13%	A
Citibank Loan 56416 (1 e 3)	60.347	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	29,81%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 (1 e 3)	88.973	-	2,83% a.a.	jan/21	Final	31,76%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(328)	(547)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	8.059	3.238					
Total em Moeda Estrangeira	<u>897.566</u>	<u>815.844</u>					
Total	<u>2.868.243</u>	<u>2.395.736</u>					

(*) A = Aval Energisa S.A., R=Receíveis.

- (7) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (8) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (9) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 / 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (10) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 33 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.
- (11) Em 16 e 30 de março de 2020 e em 24 abril de 2020, a Companhia efetuou a liquidação antecipada dos contratos no valor de R\$610.519.

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$62.052 (R\$62.293 em 2019), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2020	2019
US\$ x R\$	28,93%	4,02%
CDI	2,77%	5,96%
IPCA	4,52%	4,31%
LIBOR	0,28%	2,33%
TR	0,00%	0,00%
Euro	40,78%	2,06%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	861.666
2023	171.671
2024	48.455
2025	48.455
Após 2025	609.845
Total	1.740.092

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	761.927	511.354	(426.366)	(37.740)	31.819	-	-	840.994
IPCA	597.444	130.000	-	(30.605)	61.192	-	-	758.031
Gastos com captação	(12.765)	-	-	-	4.258	(6.328)	-	(14.835)
Marcação a mercado	70.636	-	-	-	-	-	7.320	77.956
Total do custo	1.417.242	641.354	(426.366)	(68.345)	97.269	(6.328)	7.320	1.662.146
Circulante	63.372							145.515
Não circulante	1.353.870							1.516.631

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixado							
CDI	613.447	150.000	(50.650)	49.130	-	-	761.927
IPCA	574.384	-	(27.942)	51.002	-	-	597.444
Gastos com captação	(16.292)	-	-	4.056	(529)	-	(12.765)
Marcação a mercado	35.852	-	-	-	-	34.784	70.636
Total do custo	1.207.391	150.000	(78.592)	104.188	(529)	34.784	1.417.242
Circulante	19.350						63.372
Não circulante	1.188.041						1.353.870

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total	Emissão	Rendimentos
-----------	-------	---------	-------------

	2020	2019		Nº de Títulos Emitidos / circulação		Venci- mento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
Debêntures 6ª				81.885 /	IPCA+5,60%			
Emissão 1ª Série	96.232	92.042	15/06/2017	81.885	a.a.	jun / 22	Final	10,12%
Debêntures 6ª				73.494 /	IPCA+5,6601%			
Emissão 2ª Série	86.398	82.635	15/06/2017	73.494	a.a.	jun / 24	Final	10,18%
Debêntures 7ª				10.544 /	IPCA+4,4885%			
Emissão 1ª Série	12.041	11.519	15/10/2017	10.544	a.a.	out / 22	Final	9,01%
Debêntures 7ª				1.965 /	IPCA+4,7110%			
Emissão 2ª Série	2.245	2.148	15/10/2017	1.965	a.a.	out / 24	Final	9,23%
Debêntures 7ª				3.657 /	IPCA+5,1074%			
Emissão 3ª Série	4.182	4.001	15/10/2017	3.657	a.a.	out / 27	Final	9,63%
Debêntures 7ª				128.834 /			Anual após	
Emissão 4ª Série	86.256	130.237	15/10/2017	128.834	107,75% CDI	out / 22	out/20	2,98%
Debêntures 8ª				47.000 /	CDI+1,10%			
Emissão	87.547	481.259	15/02/2018	8.658	a.a.	fev / 21	Final	3,87%
Debêntures 9ª				385.000 /	IPCA+5,0797%		Anual após	
Emissão	423.451	405.099	15/09/2018	385.000	a.a.	set / 25	set/23	9,60%
Debêntures 10ª				117.500 /	CDI + 0,73%			
Emissão 1ª Série	117.668	117.833	10/06/2019	117.500	a.a.	jun / 24	Final	3,50%
Debêntures 10ª				32.500 /	CDI + 1,05%		Anual após	
Emissão 2ª Série	32.553	32.598	10/06/2019	32.500	a.a.	jun / 29	jun/27	3,82%
Debêntures 11ª				130.000 /	CDI + 0,95%			
Emissão	131.378	-	15/02/2020	130.000	a.a.	fev / 23	Final	3,72%
Debêntures 12ª				381.354 /	CDI + 2,30%		Anual após	
Emissão	385.592	-	25/08/2020	381.354	a.a.	ago / 25	ago/23	5,07%
Debêntures 13ª				60.100 /	IPCA+4,2297%			
Emissão 1ª Série	61.696	-	15/10/2020	60.100	a.a.	out / 27	Final	8,75%
Debêntures 13ª				69.900 /	IPCA+4,4744%		Anual após	
Emissão 2ª Série	71.786	-	15/10/2020	69.900	a.a.	out / 30	out/28	8,99%
Custos incorridos na captação	(14.835)	(12.765)						
Marcação à Mercado de Dívida	77.956	70.636						
Total	1.662.146	1.417.242						

Em 15 de fevereiro de 2020 a Companhia efetuou sua 11ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R\$130.000, com vencimento em fevereiro de 2023 e remuneração de CDI mais 0,95% ao ano.

Em 25 de agosto de 2020 a Companhia efetuou sua 12ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R\$381.354, com vencimento em 25 de agosto de 2025 e remuneração de CDI mais 2,30% ao ano.

Em 24 de setembro de 2020 a Companhia efetuou a baixa de 38.342 Debêntures referente a 8ª emissão no valor total de R\$ 384.644.

Em 15 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 13ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de R\$130.000 sendo: R\$60.100 referente a 1ª Série com vencimento em 15 de outubro 2027 e remuneração de IPCA mais 4,23% ao ano; R\$69.900 referente a 2ª Série com vencimento em 15 de outubro de 2030 e remuneração de IPCA mais 4,47% ao ano.

Os recursos foram e serão destinados ao fortalecimento do capital de giro e ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. As operações possuem o aval da controladora Energisa S/A.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 / 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

(*) Para 12ª e 13ª emissão de Debêntures da Companhia, o limite é de 4,25x até o vencimento.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33). Em 31 de dezembro de 2020 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	154.948
2023	411.886
2024	498.716
2025	282.803
Após 2025	168.278
Total	1.516.631

Posição em 31 de dezembro de 2019 (Valores em R\$ mil):

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 436,1 milhões no final de dezembro de 2019, frente aos R\$ 452,9 milhões registrados em dezembro de 2018. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R\$ 67,3 milhões em dezembro de 2019 e R\$ 257,7 milhões em dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 3.360,1 milhões, contra R\$ 2.834,9 milhões em dezembro de 2018. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidados passou de 2,8 vezes em dezembro de 2018 para 2,9 vezes em dezembro de 2019.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	647,9	312,6
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	561,7	145,1
Debêntures	63,4	19,4
Encargos de dívidas	22,2	10,0
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	14,8	11,4
Taxas regulamentares	-	34,5
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	78,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(14,2)	14,2
Não Circulante	3.148,4	2.975,2
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.811,8	1.826,8
Debêntures	1.353,9	1.188,0
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	145,7	78,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(163,1)	(117,8)
Total das dívidas	3.796,2	3.287,8
(-) Disponibilidades financeiras	368,8	195,2

Total das dívidas líquidas	3.427,4	3.092,6
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	48,0	63,3
(-) Créditos CCC	19,9	55,2
(-) Créditos CVA	(0,5)	139,2
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	3.360,1	2.834,9
Indicador Relativo		
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	2,9	2,8

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2019
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
CDI	1.006.568	280.000	(71.111)	(71.008)	82.682	-	-	1.227.131
TR	353.307	-	-	(23.661)	23.756	-	-	353.402
Gastos com captação	-	-	-	-	211	(852)	-	(641)
Total do custo	1.359.875	280.000	(71.111)	(94.669)	106.649	(852)	-	1.579.892
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	618.223	200.000	(78.038)	(28.342)	52.923	-	-	764.766
Euro	-	50.000	-	-	(1.613)	-	-	48.387
Gastos com captação	(766)	-	-	-	219	-	-	(547)
Marcação a mercado	4.650	-	-	-	-	-	(1.412)	3.238
Total ao valor justo	622.107	250.000	(78.038)	(28.342)	51.529	-	(1.412)	815.844
Total	1.981.982	530.000	(149.149)	(123.011)	158.178	(852)	(1.412)	2.395.736
Circulante	155.141							583.907
Não circulante	1.826.841							1.811.829

	Saldo em 2017	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2018
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pré Fixado								
Pós Fixado								
TJLP e TLP	178.960	-	(178.491)	(4.815)	4.346	-	-	-
Selic	121.630	-	(123.292)	(1.390)	3.052	-	-	-
CDI	952.474	315.000	(260.668)	(79.351)	79.113	-	-	1.006.568
TR	353.307	-	-	(23.661)	23.661	-	-	353.307
Gastos com captação	(2.755)	-	-	-	2.755	-	-	-
Cesta de moedas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do custo	1.603.616	315.000	(562.451)	(109.217)	112.927	-	-	1.359.875
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	188.618	380.000	-	(13.163)	62.768	-	-	618.223
Euro	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com captação	(1.006)	-	-	-	240	-	-	(766)
Marcação a mercado	1.886	-	-	-	-	-	2.764	4.650
Total ao valor justo	189.498	380.000	-	(13.163)	63.008	-	2.764	622.107

Total	1.793.114	695.000	(562.451)	(122.380)	175.935	-	2.764	1.981.982
Circulante	344.972							155.141
Não circulante	1.448.142							1.826.841

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2019	2018	Financeiros Anuais				
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.402	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	482.682	483.240	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	6,66%	R
CCB - Santander (3)	-	5.363	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,24%	R + A
Nota Flutuante de Juros - Santander (3)	450.626	517.965	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	7,21% a 7,28%	A
Nota Promissória 2ª Emissão (3)	293.823	-	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	6,76% a 0,00%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(641)	-					
Total em Moeda Nacional	1.579.892	1.359.875					
Resolução 4131-Bank of America ML (1 e 3)	214.059	205.940	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	7,55% a 7,95%	A
Citibank Loan - 4131 (1 e 3)	57.899	55.688	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Final	8,05%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1 e 3)	57.892	55.678	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Final	8,15%	A
Citibank Loan - 4131 (1 e 3)	128.422	123.546	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	7,17%	A
BBM Loan - 4131 (1 e 3)	-	73.707	3,39% a.a. Pré	out/19	Final	7,41%	A
J P MORGAN Loan (1 e 3)	108.167	103.664	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	7,40%	A
Merryl Lynch Loan (1 e 3)	48.387	-	0,6870% a.a.	dez/22	Final	2,75%	A
Scotiabank Loan (1 e 3)	198.327	-	2,1964% a.a.	dez/22	Final	6,22%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(547)	(766)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.238	4.650					
Total em Moeda Estrangeira	815.844	622.107					
Total Energisa Mato Grosso	2.395.736	1.981.982					

(*) A = Aval Energisa S.A., R=Recebíveis.

(12) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(13) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(14) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercício a findar-se entre em 31 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercícios a findar-se a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos;
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas

(15) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$62.293 (R\$56.645 em 2018), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2019	2018
US\$ x R\$	4,02%	17,13%
TJLP	6,17%	6,72%
SELIC	5,96%	6,43%
CDI	5,96%	6,42%
IPCA	4,31%	3,75%
LIBOR	2,33%	2,34%
TR	0,00%	-

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2019
2021	422.843
2022	633.067
2023	48.060
2024	48.060
Após 2024	659.799
Total	1.811.829

Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldo em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	613.447	150.000	-	(50.650)	49.130	-	-	761.927
IPCA	574.384	-	-	(27.942)	51.002	-	-	597.444
Gastos com captação	(16.292)	-	-	-	4.056	(529)	-	(12.765)
Marcação a mercado	35.852	-	-	-	-	-	34.784	70.636
Total do custo	1.207.391	150.000	-	(78.592)	104.188	(529)	34.784	1.417.242
Circulante	19.350							63.372
Não circulante	1.188.041							1.353.870

	Saldo em 2017	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2018
Mensuradas ao custo - pós fixado								

CDI	364.193	470.000	(233.165)	(26.672)	39.091	-	-	613.447
IPCA	177.831	385.000	-	(8.801)	20.354	-	-	574.384
Gastos com captação	(7.696)	-	-	-	3.590	(12.186)	-	(16.292)
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	35.852	35.852
Total do custo	534.328	855.000	(233.165)	(35.473)	63.035	(12.186)	35.852	1.207.391
Circulante	72.748							19.350
Não circulante	461.580							1.188.041

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	2019	2018						
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	92.042	88.770	15/06/2017	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	9,91%
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	82.635	79.698	15/06/2017	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	9,97%
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	11.519	11.112	15/10/2017	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	8,80%
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.148	2.072	15/10/2017	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	9,02%
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	4.001	3.858	15/10/2017	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	9,42%
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	130.237	130.623	15/10/2017	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,42%
Debêntures 8ª Emissão	481.259	482.824	15/02/2018	47.000 / 385.000 / 385.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	7,06%
Debêntures 9ª Emissão	405.099	388.874	15/09/2018	117.500 / 117.500	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	117.833	-	10/06/2019	32.500 / 32.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	6,69%
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.598	-	10/06/2019		CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	7,01%
Custos incorridos na captação	(12.765)	(16.292)						
Marcação à Mercado de Dívida	70.636	35.852						
Total	1.417.242	1.207.391						

Em 10 de junho de 2019 a Companhia fez a 10ª Emissão de Debêntures em duas séries no valor total de R\$117.500 para a primeira série e no valor total de R\$32.500 para a segunda série. Os recursos captados com a emissão foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercício a findar-se entre em 31 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercícios a findar-se a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos;
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 31). Em 31 de dezembro de 2019 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2019, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2019
2021	510.256
2022	151.782
2023	147.247
2024	359.549
Após 2024	185.036
Total	1.353.870

10.1.g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em dezembro de 2021, não existia valor contratado ainda não liberado para a Energisa Mato Grosso.

10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	AV %	2020	AV %	AH %
Receita operacional líquida	7.323.266	+ 100,0	5.095.899	+ 100,0	+ 43,7
Custo do serviço de energia elétrica	(4.052.325)	- 55,3	(2.906.636)	- 57,0	+ 39,4
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	(1.236.759)	- 16,9	(1.045.688)	- 20,5	+ 18,3
Lucro bruto	2.034.182	+ 27,8	1.143.575	+ 22,4	+ 77,9
Despesas gerais e administrativas	(218.743)	- 3,0	(182.251)	- 3,6	+ 20,0
Outras receitas	34.930	+ 0,5	13.494	+ 0,3	+ 158,9
Outras despesas	(168.244)	- 2,3	(43.425)	- 0,9	+ 287,4
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	1.682.125	+ 23,0	931.393	+ 18,3	+ 80,6
Receitas financeiras	485.603	+ 6,6	159.955	+ 3,1	+ 203,6
Despesas financeiras	(788.761)	- 10,8	(268.850)	- 5,3	+ 193,4
Despesas financeiras líquidas	(303.158)	- 4,1	(108.895)	- 2,1	+ 178,4
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.378.967	+ 18,8	822.498	+ 16,1	+ 67,7
Imposto de renda e contribuição social corrente	(118.592)	- 1,6	(48.826)	- 1,0	+ 142,9
Imposto de renda e contribuição social diferido	(126.980)	- 1,7	(95.706)	- 1,9	+ 32,7
Lucro líquido do exercício	1.133.395	+ 15,5	677.966	+ 13,3	+ 67,2

Foram determinantes para esse desempenho:

- Crescimento de 15,3% (R\$ 271,1 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T21 em relação ao 4T20 (aumento de 14,3% ou R\$ 874,9 milhões em 2021 sobre 2020);
- Acréscimo de 126,2% (R\$ 147,0 milhão) na receita de constituição e amortização - CVA no 4T21 em relação ao 4T20 (crescimento de 536,5% ou R\$ 830,5 milhões em 2021 sobre 2020);
- Crescimento de 52,0% (R\$ 43,7 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T21 em relação ao 4T20 (aumento de 210,3 % ou R\$ 239,3 milhões em 2021 sobre 2020); e

- iv) Aumento de 10,9% (R\$ 21,7 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 20,2% ou R\$ 140,6 milhões em 2021 sobre 2020).

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 4.052,3 milhões em 2021, contra R\$ 2.906,6 milhões em 2020, representando aumento de 39,4%, em função, principalmente, dos custos com aquisição e transporte de energia elétrica.

Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros

Os custos com operação e serviços prestados a terceiros aumentou 18,3%, passando de R\$ 1.045,7 milhões em 2020 para R\$ 1.236,8 milhões em 2021.

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2020 mostrou aumento de 77,9%, atingindo R\$ 2.034,2 milhões, contra R\$ 1.143,6 milhões em 2020, em consequência do maior aumento das receitas em relação aos custos operacionais.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras totalizou R\$ 1.682,1 milhões, contra um resultado de R\$ 931,4 milhões em 2020, aumento de 80,6%.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2021 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 303,2 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 109,0 milhões em 2020, aumento de 178,4%.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 1.133,4 milhões em 2021, contra R\$ 678,0 milhões registrados no ano anterior, crescimento de 67,2%, em decorrência dos fatores já mencionados.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Comparação das contas patrimoniais

	2021	AV %	2020	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	77.274	+ 0,7	350.974	+ 3,7	- 78,0
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	270.027	+ 2,4	1.491.618	+ 15,8	- 81,9
Consumidores e concessionárias	1.582.323	+ 14,0	1.241.857	+ 13,1	+ 27,4
Títulos de créditos a receber	536	+ 0,0	7.272	+ 0,1	- 92,6
Estoques	22.586	+ 0,2	21.170	+ 0,2	+ 6,7
Tributos a recuperar	177.304	+ 1,6	128.263	+ 1,4	+ 38,2
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	156.374	+ 1,4	139.865	+ 1,5	+ 11,8
Ativos financeiros setoriais	608.510	+ 5,4	54.517	+ 0,6	+ 1.016,2
Outros créditos	307.409	+ 2,7	212.893	+ 2,2	+ 44,4
Total do circulante	3.202.343	+ 28,4	3.648.429	+ 38,5	- 12,2
Não circulante					
Realizável a longo prazo					

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	56.729	+ 0,5	62.052	+ 0,7	- 8,6
Consumidores e concessionárias	606.033	+ 5,4	437.072	+ 4,6	+ 38,7
Títulos de créditos a receber	7.220	+ 0,1	8.454	+ 0,1	- 14,6
Tributos a recuperar	1.310.857	+ 11,6	43.489	+ 0,5	+ 2.914,2
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	250.376	+ 2,2	251.583	+ 2,7	- 0,5
Ativos financeiros setoriais	208.453	+ 1,8	28.178	+ 0,3	+ 639,8
Ativo financeiro indenizável da concessão	3.884.108	+ 34,4	3.183.825	+ 33,6	+ 22,0
Depósitos judiciais	55.107	+ 0,5	49.278	+ 0,5	+ 11,8
Outros créditos	48.646	+ 0,4	32.155	+ 0,3	+ 51,3
	6.427.529	+ 56,9	4.096.086	+ 43,3	+ 56,9
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	6.209	+ 0,1	6.209	+ 0,1	-
Investimentos	34.906	+ 0,3	26.185	+ 0,3	+ 33,3
Imobilizado	1.385.525	+ 12,3	1.510.045	+ 16,0	- 8,2
Intangível	233.330	+ 2,1	179.359	+ 1,9	+ 30,1
Total do não circulante	8.087.499	+ 71,6	5.817.884	+ 61,5	+ 39,0
Total do ativo	11.289.842	+ 100,0	9.466.313	+ 100,0	+ 19,3

	2021	AV %	2020	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	631.755	+ 5,6	514.293	+ 5,4	+ 22,8
Encargos de dívidas	54.051	+ 0,5	62.425	+ 0,7	- 13,4
Empréstimos e financiamentos	883.359	+ 7,8	1.065.726	+ 11,3	- 17,1
Debêntures	191.410	+ 1,7	145.515	+ 1,5	+ 31,5
Impostos e contribuições sociais	227.498	+ 2,0	214.406	+ 2,3	+ 6,1
Dividendos	978	+ 0,0	50.973	+ 0,5	- 98,1
Obrigações estimadas	21.820	+ 0,2	20.071	+ 0,2	+ 8,7
Contribuição de iluminação pública	22.779	+ 0,2	24.346	+ 0,3	- 6,4
Encargos setoriais	105.840	+ 0,9	60.932	+ 0,6	+ 73,7
Incorporação de redes	93.922	+ 0,8	56.001	+ 0,6	+ 67,7
Passivos financeiros setoriais	95.478	+ 0,8	211.667	+ 2,2	- 54,9
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	103.006	+ 0,9	2.961	+ 0,0	+ 3.378,8
Benefícios pós-emprego	12.820	+ 0,1	13.969	+ 0,1	- 8,2
Arrendamentos Operacionais	1.671	+ 0,0	2.383	+ 0,0	- 29,9
Outros passivos	143.745	+ 1,3	73.065	+ 0,8	+ 96,7
Total do circulante	2.590.132	+ 22,9	2.518.733	+ 26,6	+ 2,8
Não circulante					
Fornecedores	31.885	+ 0,3	39.766	+ 0,4	- 19,8
Empréstimos e financiamentos	1.703.394	+ 15,1	1.740.092	+ 18,4	- 2,1
Debêntures	1.718.489	+ 15,2	1.516.631	+ 16,0	+ 13,3
Impostos e contribuições sociais	401.674	+ 3,6	310.895	+ 3,3	+ 29,2
Impostos e contribuições sociais diferidos	156.076	+ 1,4	13.047	+ 0,1	+ 1.096,3
Passivos financeiros setoriais	276.606	+ 2,5	136.906	+ 1,4	+ 102,0
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	94.676	+ 0,8	105.924	+ 1,1	- 10,6
Encargos setoriais	32.040	+ 0,3	54.388	+ 0,6	- 41,1
Incorporação de redes	-	+ 0,0	45.504	+ 0,5	-
Benefícios pós-emprego	94.201	+ 0,8	126.613	+ 1,3	- 25,6
Arrendamentos Operacionais	2.402	+ 0,0	6.493	+ 0,1	- 63,0
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	1.240.973	+ 11,0	-	+ 0,0	-
Outros passivos	69.949	+ 0,6	70.658	+ 0,7	- 1,0
Total do não circulante	5.822.365	+ 51,6	4.166.917	+ 44,0	+ 39,7

Patrimônio líquido					
Capital social	1.677.113	+ 14,9	1.677.113	+ 17,7	-
Reserva de capital	5.319	+ 0,0	4.073	+ 0,0	+ 30,6
Reserva de lucros	990.260	+ 8,8	717.746	+ 7,6	+ 38,0
Dividendos adicionais propostos	199.323	+ 1,8	395.973	+ 4,2	- 49,7
Ajuste de avaliação patrimonial	47.367	+ 0,4	58.949	+ 0,6	- 19,6
Outros resultados abrangentes	(42.037)	- 0,4	(73.191)	- 0,8	- 42,6
Total do patrimônio líquido	2.877.345	+ 25,5	2.780.663	+ 29,4	+ 3,5
Total do passivo e patrimônio líquido	11.289.842	+ 100,0	9.466.313	+ 100,0	+ 19,3

ATIVO

Circulante

Caixa e Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 347, milhões, contra R\$ 1.842,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 81,2%.

Clientes, consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica atingiu R\$ 1.582,3 milhões, o que representa um aumento de 27,4% em comparação com 31 de dezembro de 2020, devido, em parte, ao aumento das receitas operacionais.

ATIVO

Não Circulante

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2020 esses ativos atingiram R\$ 3.884,1 milhões, contra R\$ 3.183,8 milhões em 2020, o que representa aumento de 22,0%.

Consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica atingiu R\$ 606,0 milhões, o que representa aumento de 38,7% em comparação com 31 de dezembro de 2020.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2021, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 883,4 milhões, contra R\$ 1.065,7 milhões em 2020, o que representa redução de 17,1%.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2021, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 191,4 milhões, contra R\$ 145,5 milhões em 2019, o que representa aumento de 31,5%.

PASSIVO

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2021, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 1.703,4 milhões, contra R\$ 1.740,1 milhões em 2019, o que representa redução de 2,1%.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2021, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 1.718,5 milhões, contra R\$ 1.516,6 milhões em 2020, o que representa aumento de 13,3%.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021, a conta Capital Social atingiu R\$ 1.677,1 milhões, mesmo saldo de 2020.

Comparação dos Resultados Operacionais

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Receita operacional líquida	5.095.899	100,0	4.932.960	100,0	3,3
Custo do serviço de energia elétrica	(2.906.636)	(57,0)	(2.544.196)	(51,6)	14,2
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	(1.045.688)	(20,5)	(1.296.838)	(26,3)	(19,4)
Lucro bruto	1.143.575	22,4	1.091.926	22,1	4,7
Despesas gerais e administrativas	(182.251)	(3,6)	(209.170)	(4,2)	(12,9)
Outras receitas	13.494	0,3	24.167	0,5	(44,2)
Outras despesas	(43.425)	(0,9)	(49.279)	(1,0)	(11,9)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	931.393	18,3	857.644	17,4	8,6
Receitas financeiras	159.955	3,1	156.697	3,2	2,1
Despesas financeiras	(268.850)	(5,3)	(315.787)	(6,4)	(14,9)
Despesas financeiras líquidas	(108.895)	(2,1)	(159.090)	(3,2)	(31,6)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	822.498	16,1	698.554	14,2	17,7
Imposto de renda e contribuição social corrente	(48.826)	(1,0)	(99.619)	(2,0)	(51,0)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(95.706)	(1,9)	(4.779)	(0,1)	1.902,6
Lucro líquido do exercício	677.966	13,3	594.156	12,0	14,1

Foram determinantes para esse desempenho:

- v) Aumento de 8,5% (R\$ 139,0 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 4,4% ou R\$ 257,7 milhões em 2020 sobre 2019);
- vi) Crescimento de 90,1% (R\$ 39,8 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 16,1% ou R\$ 15,7 milhões em 2020 sobre 2019);
- vii) Aumento de 19,3% (R\$ 32,2 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) em relação ao 4T19 (aumento de 17,6% ou R\$ 104,2 milhões em 2020 sobre 2019); e
- viii) Acréscimo de 10,9% (R\$ 5,6 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias em relação ao 4T19 (redução de 20,2% ou R\$ 38,2 milhões em 2020 sobre 2019).

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 2.906,6 milhões em 2020, contra R\$ 2.544,2 milhões em 2019, representando aumento de 14,2%, em função, principalmente, dos custos com aquisição e transporte de energia elétrica.

Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros

Os custos com operação e serviços prestados a terceiros reduziu 19,4%, passando de R\$ 1.296,8 milhões em 2019 para R\$ 1.045,7 milhões em 2020. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) totalizaram R\$ 523,9 milhões, decréscimo de 9,2% (R\$ 52,9 milhões) ante os R\$ 576,8 milhões registrados no 2019.

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2020 mostrou aumento de 4,7%, atingindo R\$ 1.143,6 milhões, contra R\$ 1.092,0 milhões em 2019, em consequência do maior aumento das receitas em relação aos custos operacionais.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras totalizou R\$ 931,4 milhões, contra um resultado de R\$ 857,6 milhões em 2019, aumento de 8,6%.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2020 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 109,0 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 159,1 milhões em 2019, redução de 31,6%.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 678,0 milhões em 2020, contra R\$ 594,2 milhões registrados no ano anterior, crescimento de 14,1%, em decorrência dos fatores já mencionados.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Comparação das contas patrimoniais

	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	350.974	3,7	108.325	1,4	224,0
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.491.618	15,8	198.177	2,6	652,7
Consumidores e concessionárias	1.241.857	13,1	1.078.903	13,9	15,1
Títulos de créditos a receber	7.272	0,1	7.025	0,1	3,5
Estoques	21.170	0,2	23.091	0,3	(8,3)
Tributos a recuperar	128.263	1,4	192.987	2,5	(33,5)
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	139.865	1,5	28.319	0,4	393,9
Ativos financeiros setoriais	54.517	0,6	214.307	2,8	(74,6)
Outros créditos	212.893	2,2	279.540	3,6	(23,8)
Total do circulante	3.648.429	38,5	2.130.674	27,5	71,2
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	62.052	0,7	62.293	0,8	(0,4)
Consumidores e concessionárias	437.072	4,6	346.892	4,5	26,0
Títulos de créditos a receber	8.454	0,1	6.933	0,1	21,9
Tributos a recuperar	43.489	0,5	82.735	1,1	(47,4)
Créditos tributários	-	-	88.747	1,1	-
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	251.583	2,7	163.078	2,1	54,3
Ativos financeiros setoriais	28.178	0,3	47.550	0,6	(40,7)
Ativo financeiro indenizável da concessão	3.183.825	33,6	2.689.436	34,8	18,4
Depósitos judiciais	49.278	0,5	47.547	0,6	3,6
Outros créditos	32.155	0,3	35.613	0,5	(9,7)
	4.096.086	43,3	3.570.824	46,1	14,7
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	179.359	1,9	443.649	5,7	(59,6)
Investimentos	6.209	0,1	6.228	0,1	(0,3)
Imobilizado	26.185	0,3	14.898	0,2	75,8
Intangível	1.510.045	16,0	1.572.566	20,3	(4,0)
Total do não circulante	5.817.884	61,5	5.608.165	72,5	3,7
Total do ativo	9.466.313	100,0	7.738.839	100,0	22,3

	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	514.293	5,4	422.691	5,5	21,7
Encargos de dívidas	62.425	0,7	22.174	0,3	181,5
Empréstimos e financiamentos	1.065.726	11,3	561.733	7,3	89,7
Debêntures	145.515	1,5	63.372	0,8	129,6
Impostos e contribuições sociais	214.406	2,3	87.118	1,1	146,1
Dividendos	50.973	0,5	488	-	10.345,3
Obrigações estimadas	20.071	0,2	20.095	0,3	(0,1)
Contribuição de iluminação pública	24.346	0,3	23.055	0,3	5,6
Encargos setoriais	60.932	0,6	74.772	1,0	(18,5)
Incorporação de redes	56.001	0,6	38.900	0,5	44,0
Passivos financeiros setoriais	211.667	2,2	136.434	1,8	55,1
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	2.961	-	14.117	0,2	(79,0)
Benefícios pós-emprego	13.969	0,1	14.777	0,2	(5,5)
Arrendamentos Operacionais	2.383	-	2.574	-	(7,4)
Outros passivos	73.065	0,8	61.467	0,8	18,9
Total do circulante	2.518.733	26,6	1.543.767	19,9	63,2
Não circulante					
Fornecedores	39.766	0,4	38.445	0,5	3,4
Empréstimos e financiamentos	1.740.092	18,4	1.811.829	23,4	(4,0)
Debêntures	1.516.631	16,0	1.353.870	17,5	12,0
Impostos e contribuições sociais	310.895	3,3	229.209	3,0	35,6
Impostos e contribuições sociais diferidos	13.047	0,1	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	136.906	1,4	125.964	1,6	8,7
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	105.924	1,1	104.129	1,3	1,7
Encargos setoriais	54.388	0,6	48.685	0,6	11,7
Incorporação de redes	45.504	0,5	45.504	0,6	-
Benefícios pós-emprego	126.613	1,3	145.739	1,9	(13,1)
Arrendamentos Operacionais	6.493	0,1	4.823	0,1	34,6
Outros passivos	70.658	0,7	68.304	0,9	3,4
Total do não circulante	4.166.917	44,0	3.976.501	51,4	4,8
Patrimônio líquido					
Capital social	1.677.113	17,7	1.514.569	19,6	10,7
Reserva de capital	4.073	-	2.431	-	67,5
Reserva de lucros	717.746	7,6	555.261	7,2	29,3
Dividendos adicionais propostos	395.973	4,2	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	58.949	0,6	71.318	0,9	(17,3)
Outros resultados abrangentes	(73.191)	(0,8)	(85.008)	(1,1)	(13,9)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	-	160.000	2,1	-
Total do patrimônio líquido	2.780.663	29,4	2.218.571	28,7	25,3
Total do passivo e patrimônio líquido	9.466.313	100,0	7.738.839	100,0	22,3

ATIVO

Circulante

Caixa e Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 1.842,6 milhões, contra R\$ 306,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 501,2%. Resultado da antecipação de CVA (Conta-Covid) e captações para fazer frente aos impactos da pandemia.

Clientes, consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica atingiu R\$ 1.241,9 milhões, o que representa um aumento de 15,1% em comparação com 31 de dezembro de 2019, devido, em parte, ao aumento das receitas operacionais.

ATIVO

Não Circulante

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2020 esses ativos atingiram R\$ 3.183,8 milhões, contra R\$ 2.689,4 milhões em 2019, o que representa aumento de 18,4%.

Consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica atingiu R\$ 437,1 milhões, o que representa aumento de 26,0% em comparação com 31 de dezembro de 2019, devido, em parte, aos acordos efetuados para recebimento de contas em atraso.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2020, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.065,7 milhões, contra R\$ 561,7 milhões em 2019, o que representa crescimento de 89,7%, em decorrência dos financiamentos captados com vencimento mais longos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2020, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 145,5 milhões, contra R\$ 561,7 milhões em 2019, o que representa aumento de 89,7%.

PASSIVO

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2020, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 1.740,1 milhões, contra R\$ 1.811,8 milhões em 2019, o que representa redução de 4,0%.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2020, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 1.516,6 milhões, contra R\$ 1.353,9 milhões em 2019, o que representa aumento de 12,0%. A variação no saldo decorre de novas emissões de debêntures.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2020, a conta Capital Social atingiu R\$ 1.677,1 milhões, aumento de 10,7% comparado a 2019, devido ao aumento de capital homologado em abril de 2020.

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Receita operacional líquida	4.932.960	100,0	4.373.420	100,0	12,8
Custo do serviço de energia elétrica	(2.544.196)	(51,6)	(2.369.814)	(54,2)	7,4
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	(1.296.838)	(26,3)	(1.043.042)	(23,8)	24,3
Lucro bruto	1.091.926	22,1	960.564	22,0	13,7
Despesas gerais e administrativas	(209.170)	(4,2)	(216.711)	(5,0)	(3,5)
Outras receitas	24.167	0,5	36.630	0,8	(34,0)
Outras despesas	(49.279)	(1,0)	(68.504)	(1,6)	(28,1)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	857.644	17,4	711.979	16,3	20,5
Receitas financeiras	156.697	3,2	131.260	3,0	19,4
Despesas financeiras	(315.787)	(6,4)	(310.245)	(7,1)	1,8
Despesas financeiras líquidas	(159.090)	(3,2)	(178.985)	(4,1)	(11,1)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	698.554	14,2	532.994	12,2	31,1
Imposto de renda e contribuição social corrente	(99.619)	(2,0)	(25.182)	(0,6)	295,6
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.779)	(0,1)	(80.844)	(1,8)	(94,1)
Lucro líquido do exercício	594.156	12,0	426.968	9,8	39,2

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 9,0% (R\$ 354,9 milhões) no ano, para R\$ 4.297,7 milhões.

Este resultado decorre principalmente do:

- Acréscimo de 3,9% no número de consumidores e o aumento de 6,8% (aumento de 6,4% no 4T19) do consumo de energia no mercado cativo e livre;
- Aumento de +17,1% (R\$ 853,8 milhões) na receita bruta de vendas para o mercado cativo;
- Aumento de 167,8% (R\$ 118,2 milhões) da receita bruta com suprimento e energia elétrica;
- Acréscimo de 22,6% (R\$ 109,3 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD).

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 3.841,0 milhões em 2019, contra R\$ 3.412,9 milhões em 2018, representando aumento de 12,5%, em função, principalmente, dos custos com transporte de potência elétrica.

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2019 mostrou aumento de 13,5%, atingindo R\$ 1.091,9 milhões, contra R\$ 960,6 milhões em 2018, em consequência do maior aumento das receitas em relação aos custos operacionais.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas apresentaram aumento de 22,9%, passando de R\$ 216,7 milhões em 2018 para R\$ 209,2 milhões em 2019. As despesas com PMSO e 2019 (Pessoal, Material, Serviços e Outros) somaram R\$ 576,8 milhões, redução de 2,8%.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras totalizou R\$ 857,7 milhões, contra um resultado de R\$ 712,0 milhões em 2018, aumento de 20,5%.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2019 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 159,1 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 179,0 milhões em 2018, decorrente do aumento da dívida.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 594,2 milhões em 2018, contra R\$ 427,0 milhões registrados no ano anterior, crescimento de 39,2%, em decorrência dos fatores já mencionados.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Comparação das contas patrimoniais

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	108.325	1,4	47.365	0,7	128,7
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	198.177	2,6	91.215	1,4	117,3
Consumidores e concessionárias	1.078.903	13,9	837.195	12,7	28,9
Títulos de créditos a receber	7.025	0,1	5.801	0,1	21,1
Estoques	23.091	0,3	18.073	0,3	27,8
Tributos a recuperar	192.987	2,5	192.787	2,9	0,1
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	28.319	0,4	3.099	-	813,8
Ativos financeiros setoriais	214.307	2,8	288.250	4,4	(26,0)
Outros créditos	279.540	3,6	254.882	3,9	10,0
Total do circulante	2.130.674	27,5	1.738.667	26,4	23,0
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	62.293	0,8	56.645	0,9	10,0
Consumidores e concessionárias	346.892	4,5	274.703	4,2	26,3
Títulos de créditos a receber	6.933	0,1	10.711	0,2	(35,3)
Tributos a recuperar	82.735	1,1	46.321	0,7	78,6
Créditos tributários	88.747	1,1	72.489	1,1	22,4
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	163.078	2,1	119.257	1,8	36,7
Ativos financeiros setoriais	47.550	0,6	80.355	1,2	(40,8)
Ativo financeiro indenizável da concessão	2.689.436	34,8	2.118.843	32,1	26,9
Depósitos judiciais	47.547	0,6	28.956	0,4	64,2
Outros créditos	35.613	0,5	33.796	0,5	5,4
	3.570.824	46,1	2.842.076	43,1	25,6
Investimentos	6.228	0,1	6.232	0,1	(0,1)
Imobilizado	14.898	0,2	13.787	0,2	8,1
Intangível	1.572.566	20,3	1.535.507	23,3	2,4
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	443.649	5,7	460.511	7,0	(3,7)
Total do não circulante	5.608.165	72,5	4.858.113	73,6	15,4
Total do ativo	7.738.839	100,0	6.596.780	100,0	17,3

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	422.691	5,5	401.442	6,1	5,3
Encargos de dívidas	22.174	0,3	10.014	0,2	121,4
Empréstimos e financiamentos	561.733	7,3	145.127	2,2	287,1
Debêntures	63.372	0,8	19.350	0,3	227,5
Impostos e contribuições sociais	87.118	1,1	65.836	1,0	32,3
Dividendos	488	-	104.371	1,6	(99,5)
Obrigações estimadas	20.095	0,3	18.862	0,3	6,5
Contribuição de iluminação pública	23.055	0,3	24.958	0,4	(7,6)
Encargos setoriais	74.772	1,0	108.465	1,6	(31,1)
Incorporação de redes	38.900	0,5	75.746	1,1	(48,6)
Passivos financeiros setoriais	136.434	1,8	154.104	2,3	(11,5)
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	14.117	0,2	17.295	0,3	(18,4)
Benefícios pós-emprego	14.777	0,2	11.402	0,2	29,6
Arrendamentos Operacionais	2.574	-	-	-	-
Outros passivos	61.467	0,8	94.640	1,4	(35,1)
Total do circulante	1.543.767	19,9	1.251.612	19,0	23,3
Não circulante					
Fornecedores	38.445	0,5	30.821	0,5	24,7
Empréstimos e financiamentos	1.811.829	23,4	1.826.841	27,7	(0,8)
Debêntures	1.353.870	17,5	1.188.041	18,0	14,0
Impostos e contribuições sociais	229.209	3,0	151.924	2,3	50,9
Passivos financeiros setoriais	125.964	1,6	75.240	1,1	67,4
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	104.129	1,3	106.995	1,6	(2,7)
Encargos setoriais	48.685	0,6	71.467	1,1	(31,9)
Incorporação de redes	45.504	0,6	45.504	0,7	-
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	-	-	1.421	-	-
Benefícios pós-emprego	145.739	1,9	78.197	1,2	86,4
Arrendamentos Operacionais	4.823	0,1	-	-	-
Outros passivos	68.304	0,9	22.765	0,3	200,0
Total do não circulante	3.976.501	51,4	3.599.216	54,6	10,5
Patrimônio líquido					
Capital social	1.514.569	19,6	1.514.569	23,0	-
Reserva de capital	2.431	-	1.861	-	30,6
Reserva de lucros	555.261	7,2	98.826	1,5	461,9
Dividendos adicionais propostos	-	-	89.813	1,4	-
Ajuste de avaliação patrimonial	71.318	0,9	85.054	1,3	(16,1)
Outros resultados abrangentes	(85.008)	(1,1)	(44.171)	(0,7)	92,5
Recursos destinados a futuro aumento de capital	160.000	2,1	-	-	-
Total do patrimônio líquido	2.218.571	28,7	1.745.952	26,5	27,1

ATIVO
Circulante

Caixa e Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2019 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 306,5 milhões, contra R\$ 138,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 121,2%.

Clientes, consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica atingiu R\$ 1.078,9 milhões, o que representa um aumento de 28,9% em comparação com 31 de dezembro de 2018 (R\$ 837,2 milhões), devido, em parte, ao aumento das receitas operacionais.

ATIVO
Não Circulante

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2019 esses ativos atingiram R\$ 2.689,4 milhões, contra R\$ 2.118,8 milhões em 2018, o que representa aumento de 26,9%.

Consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica atingiu R\$ 346,9 milhões, o que representa aumento de 26,3% em comparação com 31 de dezembro de 2018 (R\$ 274,7 milhões), devido, em parte, aos acordos efetuados para recebimento de contas em atraso.

PASSIVO
Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2019, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 561,7 milhões, contra R\$ 145,1 milhões em 2018, o que representa crescimento de 287,1%, em decorrência dos financiamentos captados com vencimento mais longos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2019, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 63,4 milhões, contra R\$ 19,4 milhões em 2018, o que representa aumento de 227,5%.

PASSIVO
Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2019, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 1.811,8 milhões, contra R\$ 1.826,8 milhões em 2018, o que representa redução de 0,8%.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2019, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 1.353,9 milhões, contra R\$ 1.188,0 milhões em 2018, o que representa aumento de 14,0%. A variação no saldo decorre basicamente de duas emissões de debêntures, objeto de colocação pública, no montante de R\$ 150,0 milhões.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2019, a conta Capital Social atingiu R\$ 1.514,6 milhões, mantendo-se o mesmo valor do exercício anterior.

10.2. Os diretores devem comentar:

10.2.a. Resultados das operações da Companhia

Em 2021, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 10.183,1 milhões contra R\$ 7.703,3 milhões registrados em 2020, crescimento de 32,2% (R\$ 2.479,9 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 41,6% (R\$ 1.988,4 milhões) no ano, para R\$ 6.766,2 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Exercício		
	2021	2020	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	6.973,6	6.098,7	+ 14,3
✓ Residencial	3.192,0	2.808,2	+ 13,7
✓ Industrial	559,5	522,8	+ 7,0
✓ Comercial	1.439,0	1.293,1	+ 11,3
✓ Rural	1.042,2	891,3	+ 16,9
✓ Outras classes	740,9	583,3	+ 27,0
(+) Suprimento de energia elétrica	392,2	150,4	+ 160,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	242,4	90,7	+ 167,2
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	837,0	696,4	+ 20,2
(+) Receitas de construção	557,1	318,2	+ 75,1
(+) Constituição e amortização - CVA	985,3	154,8	+ 536,5
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	387,8	395,3	- 1,9
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	353,0	113,8	+ 210,3
(+) Ultrapassagem demanda e excedentes de reativo	46,5	42,9	+ 8,4
(+) Outras receitas	(34,5)	(39,6)	- 12,8
(=) Receita bruta	10.740,2	8.021,4	+ 33,9
(-) Impostos sobre vendas	2.755,9	2.403,0	+ 14,7
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(25,9)	(7,3)	+ 253,3
(-) Encargos setoriais	686,9	529,9	+ 29,6
(=) Receita líquida	7.323,3	5.095,9	+ 43,7
(-) Receitas de construção	557,1	318,2	+ 75,1
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	6.766,2	4.777,7	+ 41,6

Foram determinantes para esse desempenho:

- Crescimento de 15,3% (R\$ 271,1 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T21 em relação ao 4T20 (aumento de 14,3% ou R\$ 874,9 milhões em 2021 sobre 2020);
- Acréscimo de 126,2% (R\$ 147,0 milhão) na receita de constituição e amortização - CVA no 4T21 em relação ao 4T20 (crescimento de 536,5% ou R\$ 830,5 milhões em 2021 sobre 2020);
- Crescimento de 52,0% (R\$ 43,7 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T21 em relação ao 4T20 (aumento de 210,3 % ou R\$ 239,3 milhões em 2021 sobre 2020); e
- Aumento de 10,9% (R\$ 21,7 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 20,2% ou R\$ 140,6 milhões em 2021 sobre 2020).

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 5.084,1 milhões em 2021 e R\$ 1.512,0 milhões no 4T21, aumentos de 32,2% (R\$ 1.237,7 milhões) e 31,4% (R\$ 361,5 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2020.

A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2020	2019	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	4.052,3	2.906,6	+ 39,4
1.1 Energia comprada	3.590,8	2.540,8	+ 41,3
1.2 Transporte de potência elétrica	461,5	365,8	+ 26,2
2 Custos e Despesas controláveis	666,0	667,7	- 0,2
2.1 PMSO	609,2	523,9	+ 16,3
2.1.1 Pessoal	215,1	199,3	+ 7,9
2.1.2 Fundo de pensão	17,0	(3,9)	-
2.1.3 Material	52,0	41,8	+ 24,4
2.1.4 Serviços de terceiros	254,6	243,8	+ 4,4
2.1.5 Outras	70,5	42,9	+ 64,4
✓ Multas e compensações	13,5	8,2	+ 65,8
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	40,8	28,7	+ 42,3
✓ Outros	16,1	6,0	+ 167,9
2.2 Provisões/Reversões	56,8	143,8	- 60,5
2.2.1 Contingências	(20,3)	(3,8)	+ 434,5
2.2.2 Devedores duvidosos	77,1	147,6	- 47,8
3 Demais receitas/despesas	365,7	272,0	+ 34,4
3.1 Depreciação e amortização	232,4	242,1	- 4,0
3.2 Outras receitas/despesas	133,3	29,9	+ 345,4
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	5.084,1	3.846,3	+ 32,2
Custo de construção (*)	557,1	318,2	+ 75,1
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	5.641,1	4.164,5	+ 35,5

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Exercício			
	2021	2020	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro Líquido	1.133,4	678,0	+ 67,2	455,4
(-) Contribuição social e imposto de renda	(245,6)	(144,5)	+ 69,9	(101,0)
(-) Resultado financeiro	(303,2)	(108,9)	+ 178,4	(194,3)
(-) Depreciação e amortização	(232,4)	(242,1)	- 4,0	9,7
(=) Geração de caixa (EBITDA)	1.914,5	1.173,5	+ 63,1	741,0
(+) Receita de acréscimos moratórios	139,6	115,8	+ 20,6	23,8
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	2.054,1	1.289,3	+ 59,3	764,8
Margem do EBITDA Ajustado (%)	28,0	25,3	+ 2,7 p.p.	

Em 2020, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 7.703,3 milhões contra R\$ 7.025,8 milhões registrados em 2019, crescimento de 9,6% (R\$ 677,4 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 11,2% (R\$ 390,9 milhões) no ano, para R\$ 4.777,7 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Exercício		
	2020	2019	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	6.098,7	5.841,0	+ 4,4
✓ Residencial	2.808,2	2.558,9	+ 9,7
✓ Industrial	522,8	528,7	- 1,1
✓ Comercial	1.293,1	1.398,1	- 7,5
✓ Rural	891,3	755,1	+ 18,0
✓ Outras classes	583,3	600,1	- 2,8
(+) Suprimento de energia elétrica	150,4	188,6	- 20,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	90,7	98,8	- 8,2
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	696,4	592,2	+ 17,6
(+) Receitas de construção	318,2	635,3	- 49,9
(+) Constituição e amortização - CVA	154,8	(134,0)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	395,3	327,5	+ 20,7
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	113,8	98,0	+ 16,1
(+) Outras receitas	3,3	13,8	- 76,3
(=) Receita bruta	8.021,4	7.661,1	+ 4,7
(-) Impostos sobre vendas	2.403,0	2.170,5	+ 10,7
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(7,3)	20,1	-
(-) Encargos setoriais	529,9	537,5	- 1,4
(=) Receita líquida	5.095,9	4.933,0	+ 3,3
(-) Receitas de construção	318,2	635,3	- 49,9
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	4.777,7	4.297,7	+ 11,2

Foram determinantes para esse desempenho:

- v) Aumento de 8,5% (R\$ 139,0 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 4,4% ou R\$ 257,7 milhões em 2020 sobre 2019);
- vi) Crescimento de 90,1% (R\$ 39,8 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 16,1% ou R\$ 15,7 milhões em 2020 sobre 2019);
- vii) Aumento de 19,3% (R\$ 32,2 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) em relação ao 4T19 (aumento de 17,6% ou R\$ 104,2 milhões em 2020 sobre 2019); e
- viii) Acréscimo de 10,9% (R\$ 5,6 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias em relação ao 4T19 (redução de 20,2% ou R\$ 38,2 milhões em 2020 sobre 2019).

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 3.846,3 milhões em 2020, aumento de 11,8% (R\$ 406,3 milhões), quando comparado com 2019. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) totalizaram R\$ 523,9 milhões, decréscimo de 9,2% (R\$ 52,9 milhões) ante os R\$ 576,8 milhões registrados no 2019.

A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2020	2019	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	2.906,6	2.544,2	+ 14,2
1.1 Energia comprada	2.540,8	2.265,7	+ 12,1
1.2 Transporte de potência elétrica	365,8	278,5	+ 31,4
2 Custos e Despesas controláveis	667,7	672,5	- 0,7
2.1 PMSO	523,9	576,8	- 9,2
2.1.1 Pessoal	199,3	207,2	- 3,8
2.1.2 Fundo de pensão	(3,9)	9,0	-
2.1.3 Material	41,8	47,7	- 12,3
2.1.4 Serviços de terceiros	243,8	261,1	- 6,6
2.1.5 Outras	42,9	51,8	- 17,3
✓ Multas e compensações	8,2	5,0	+ 62,1
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	28,7	30,7	- 6,7
✓ Outros	6,0	16,0	- 62,5
2.2 Provisões/Reversões	143,8	95,7	+ 50,3
2.2.1 Contingências	(3,8)	(6,3)	- 40,0
2.2.2 Devedores duvidosos	147,6	102,0	+ 44,7
3 Demais receitas/despesas	272,0	223,4	+ 21,8
3.1 Depreciação e amortização	242,1	198,3	+ 22,1
3.2 Outras receitas/despesas	29,9	25,1	+ 19,2
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	3.846,3	3.440,0	+ 11,8
Custo de construção ^(*)	318,2	635,3	- 49,9
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	4.164,5	4.075,3	+ 2,2

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Exercício			
	2020	2019	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro Líquido	678,0	594,2	+ 14,1	83,8
(-) Contribuição social e imposto de renda	(144,5)	(104,4)	+ 38,4	(40,1)
(-) Resultado financeiro	(108,9)	(159,1)	- 31,6	50,2
(-) Depreciação e amortização	(242,1)	(198,3)	+ 22,1	(43,8)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	1.173,5	1.055,9	+ 11,1	117,6
(+) Receita de acréscimos moratórios	115,8	89,2	+ 29,9	26,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	1.289,3	1.145,1	+ 12,6	144,2
Margem do EBITDA Ajustado (%)	25,3	23,2	+ 2,1 p.p.	

Em 2019, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 7.025,8 milhões contra R\$ 6.339,9 milhões registrados em 2018, crescimento de 10,8% (R\$ 685,9 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 9,0% (R\$ 354,9 milhões) no ano, para R\$ 4.297,7 milhões.

Descrição	Exercício		
	2019	2018	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	5.841,0	4.987,2	+ 17,1
✓ Residencial	2.558,9	2.112,1	+ 21,2
✓ Industrial	528,7	478,8	+ 10,4
✓ Comercial	1.398,1	1.223,1	+ 14,3
✓ Rural	755,1	646,8	+ 16,8
✓ Outras classes	600,1	526,4	+ 14,0
(+) Suprimento de energia elétrica	188,6	70,4	+ 167,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	98,8	100,4	- 1,6
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	592,2	482,9	+ 22,6
(+) Receitas de construção	635,3	430,6	+ 47,5
(+) Constituição e amortização - CVA	(134,0)	193,7	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	327,5	327,1	+ 0,1
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	98,0	154,9	- 36,7
(+) Outras receitas	13,8	23,3	- 40,7
(=) Receita bruta	7.661,1	6.770,5	+ 13,2
(-) Impostos sobre vendas	2.170,5	1.881,2	+ 15,4
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	20,1	1,4	+ 1.333,0
(-) Encargos setoriais	537,5	514,5	+ 4,5
(=) Receita líquida	4.933,0	4.373,4	+ 12,8
(-) Receitas de construção	635,3	430,6	+ 47,5
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	4.297,7	3.942,8	+ 9,0

Dentre os fatores que favoreceram a receita operacional bruta em 2019 destacam-se:

- Acréscimo de 3,9% no número de consumidores e o aumento de 6,8% (aumento de 6,4% no 4T19) do consumo de energia no mercado cativo e livre;
- Aumento de +17,1% (R\$ 853,8 milhões) na receita bruta de vendas para o mercado cativo;
- Aumento de 167,8% (R\$ 118,2 milhões) da receita bruta com suprimento e energia elétrica;
- Acréscimo de 22,6% (R\$ 109,3 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD).

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 3.440,0 milhões em 2019 e R\$ 903,6 milhões no 4T19, aumentos de 6,5% (R\$ 209,2 milhões) e 11,6% (R\$ 91,4 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2018. As despesas com PMSO e 2019 (Pessoal, Material, Serviços e Outros) somaram R\$ 576,8 milhões, redução de 2,8%.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2019	2018	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	2.544,2	2.369,8	+ 7,4
1.1 Energia comprada	2.265,7	2.115,6	+ 7,1
1.2 Transporte de potência elétrica	278,5	254,2	+ 9,6
2 Custos e Despesas controláveis	672,5	620,3	+ 8,4
2.1 PMSO	576,8	593,6	- 2,8
2.1.1 Pessoal	207,2	200,7	+ 3,2
2.1.2 Fundo de pensão	9,0	6,8	+ 32,4
2.1.3 Material	47,7	43,7	+ 9,0
2.1.4 Serviços de terceiros	261,1	269,8	- 3,2
2.1.5 Outras	51,8	72,6	- 28,6
✓ Multas e compensações	5,0	7,7	- 34,8
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	30,7	34,2	- 10,0
✓ Outros	16,0	30,7	- 47,7
2.2 Provisões/Reversões	95,6	26,7	+ 257,6
2.2.1 Contingências	(6,3)	(20,4)	- 69,0
2.2.2 Devedores duvidosos	102,0	47,1	+ 116,4
3 Demais receitas/despesas	223,4	240,7	- 7,2
3.1 Depreciação e amortização	198,3	208,8	- 5,1
3.2 Outras receitas/despesas	25,1	31,9	- 21,2
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	3.440,0	3.230,8	+ 6,5
Custo de construção ^(*)	635,3	430,6	+ 47,5
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	4.075,3	3.661,4	+ 11,3

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Em 2019, o lucro líquido da Companhia somou R\$ 594,2 milhões, ante R\$ 427,0 milhões em 2018, evolução de 39,2%. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 1.145,1 milhões em 2019, contra R\$ 1.002,8 milhões apurados em 2018, aumento de 14,2%.

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2019	2018	Var. %
(=) Lucro Líquido	594,2	427,0	+ 39,2
(-) Contribuição social e imposto de renda	(104,4)	(106,0)	- 1,5
(-) Resultado financeiro	(159,1)	(179,0)	- 11,1
(-) Depreciação e amortização	(198,3)	(208,8)	- 5,1
(=) Geração de caixa (EBITDA)	1.055,9	920,8	+ 14,7
(+) Receita de acréscimos moratórios	89,2	82,0	+ 8,7
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	1.145,1	1.002,8	+ 14,2
Margem do EBITDA Ajustado (%)	23,2	22,9	+ 0,3 p.p.

10.2.b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As Tarifas de Energia Elétrica são fixadas pela ANEEL para cada concessionária de energia conforme características específicas de cada área de concessão (território geográfico onde cada empresa é contratualmente obrigada a fornecer energia elétrica), refletindo peculiaridades de cada região, como número de consumidores, quilômetros de rede e tamanho do mercado (quantidade de energia atendida por uma determinada infraestrutura), custo da energia comprada, tributos estaduais e outros.

Conforme contrato de concessão da EMT, o Poder Concedente procederá, a cada 5 anos, as revisões dos valores das tarifas de comercialização de energia, alterando-as para mais ou para menos, de forma a assegurar a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para este fim, o Poder Concedente deve considerar as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

Em reunião pública ordinária da diretoria, ocorrida em 22 de abril de 2021, aprovou o reajuste tarifários da Energisa Mato Grosso (“EMT”), a ser válido a partir de 22 de abril de 2021

Os índices de reajuste aprovados constam da tabela abaixo:

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da EMT
Baixa Tensão	8,34%
Alta e Média Tensão	10,36%
Total	8,90%

O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores dos custos não gerenciáveis da concessão (Parcela A - compra de energia, encargos setoriais e encargos de transmissão) e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B - distribuição) pela variação do IGP-M menos o Fator X, que repassa aos consumidores os ganhos de produtividade anuais da concessionária.

A variação nos custos da Parcela A foi de 18,13% (R\$ 578,2 milhões), totalizando R\$ 3.767,5 milhões, impactada principalmente pelos aumentos nos encargos e custos de transmissão. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia (“PMix”) foi definido em R\$ 260,66/MWh.

A variação da **Parcela B** foi de 31,18% (R\$ 566,7 milhões), totalizando R\$ 2.384,1 milhões, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 31,10%, deduzida do Fator X, de - 0,08%.

A tabela a seguir detalha cada componente do reajuste tarifário:

Efeito Médio a Ser Percebido: + 8,90%	Repasse Variação das Parcelas A e B: + 22,87%	Parcela B	+ 22,87%
		Compra de Energia	+ 5,33%
		Encargos Setoriais	+ 3,86%
		Custos de Transmissão	+ 2,36%
	Variação nas Contas de Natureza Financeira: - 13,97%	Retirada dos itens financeiros do processo anterior	- 1,02%
		Itens Financeiros do processo atual (Parcela A)	- 6,15%
		Itens Financeiros do processo atual (Parcela B)	- 6,80%

10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Variações no IPC-A afetam os contratos de compra de energia e alteram o resultado operacional. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o resultado financeiro.

CDI e TJLP: Parcela considerável às quais as dívidas da Companhia estão indexadas. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente sua capacidade de pagamento.

Os contratos de fornecimento de energia comprada para revenda pela distribuidora estão indexados a índices de preços e são reajustados anualmente. Os serviços contratados de terceiros têm seus preços reajustados nas negociações em função do aumento dos preços dos insumos utilizados em nosso atendimento, tais como: mão-de-obra, equipamentos, material sobressalente, combustível, alimentação, entre outros. Parte do custo com pessoal varia em função do índice de inflação, em virtude dos dissídios salariais.

10.3. Comentários sobre:

10.3.a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

10.3.b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

10.3 c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Comentários sobre:

10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

10.4.b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2021

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis.	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40(R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19.	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e/ou substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

2020

(iii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023

(iv) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e/ou substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

2019

CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil/IFRS 16-Leases:

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de até 12 meses). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de

arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor do incremento do passivo de arrendamento em contrapartida de um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização anterior de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º janeiro de 2019, exige que os arrendatários e arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A adoção do CPC 06 (R2) não afetou a capacidade da Companhia de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos nas notas explicativas nº 17 e 18.

Os efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) estão como segue:

Impacto sobre o balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2019	Ativo	Passivo
Intangível - Direito de uso - imóveis	7.225	-
Arrendamentos operacionais	-	7.225

Em 31 de dezembro de 2019 os efeitos do CPC 06 (R2) estão apresentados abaixo:

Balanço patrimonial	Saldo em 2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 2019
Ativo			
Ativo circulante	2.130.674	-	2.130.674
Ativo realizável a longo prazo	3.570.824	-	3.570.824
Investimentos	6.228	-	6.228
Imobilizado	14.898	-	14.898
Intangível	2.016.215	(7.165)	2.009.050
Direito de uso - imóveis	7.165	(7.165)	-
Ativo total	7.738.839	(7.165)	7.731.674
Passivo			
Passivo circulante	1.543.767	(2.495)	1.541.272
Arrendamentos operacionais	2.574	(2.574)	-
Impostos e contribuições sociais	87.118	79	87.197
Passivo não circulante	3.976.501	(4.823)	3.971.678
Arrendamentos operacionais	4.823	(4.823)	-
Patrimônio Líquido	2.218.571	153	2.218.724
Passivo total	7.738.839	(7.165)	7.731.674

Demonstração do resultado	Saldo 2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo 2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	4.932.960	-	4.932.960

Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(3.841.034)	(451)	(3.841.485)
Amortização e depreciação	(198.263)	2.081	(196.182)
Outros	(51.832)	(2.532)	(54.364)
Resultado bruto	1.091.926	(451)	1.091.475
Despesas/Receitas operacionais	(234.282)	-	(234.282)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	857.644	(451)	857.193
Resultado financeiro	(159.090)	683	(158.407)
Outras despesas financeiras	(12.241)	683	(11.738)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	698.554	232	698.786
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(104.398)	(79)	(104.477)
Lucro líquido do exercício	594.156	153	594.309

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, onde a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A interpretação determina que a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados.

Na avaliação da Administração da Companhia, a interpretação não traz impactos significativos às demonstrações financeiras, pois os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação, opiniões de consultores, internos e externos, e em precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017;
- CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;
- CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos;
- CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimentos em conjunto;
- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto;
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro;
- CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos;

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não contém ressalvas e ênfases.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “hedge”:

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a

duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - nota explicativa nº 34.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias e o ativo de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas, condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2021, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivo financeiro ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivo financeiro ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “hedge”:

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 34, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de “hedge”, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de “hedge” (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de “hedge” e como determinar o índice de “hedge”). Um relacionamento de “hedge” se qualifica para contabilidade de “hedge” se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “hedge”.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de “hedge” da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “hedge” que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os “hedges” que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de “hedge” são registrados conforme descrito abaixo:

“Hedges” de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de “hedge” é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de “hedge” atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para “hedges” de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “hedge”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser

iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de “hedge” for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- a. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- b. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- c. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- d. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde ao contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram

valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 14;

- e. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;
- f. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- g. **Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável;

- h. **Arrendamentos:** os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de arrendamento de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

- i. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

- j. **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso - tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício,

individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2021 e 2020, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- k. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- l. **Derivativos** - os instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 34;

- m. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- n. **Incentivos fiscais SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 13);
- o. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- p. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- q. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- r. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de

energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

As receitas com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

- s. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido.

- t. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- u. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

10.6.a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- a.i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
- a.ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- a.iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- a.iv. contratos de construção não terminada
- a.v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia (*off balance sheet*).

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia (*off balance sheet*).

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

10.7.a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7.b. natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7.c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Principais elementos do plano de negócios da Companhia

10.8.a.i. Investimentos

Em 2021 o valor totalizou R\$ 595,9 milhões (contra R\$ 466,2 milhões no 2020).

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2021	2020	Var. %
Ativo Elétrico	579,7	332,5	+ 74,4
Obrigações Especiais	4,3	112,1	- 96,2
Ativo não Elétrico	12,0	21,7	- 44,8
Total dos Investimentos	595,9	466,2	+ 27,8

(*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as principais realizações no ano, destacaram-se:

- ✓ Entrada em operação, em janeiro de 2021, da Subestação Espigão do Leste (30 MVA) na região do Araguaia, possibilitando outra fonte de suprimento para aos municípios de São Jose do Xingu e Santa Cruz do Xingu, até então atendidos pela SE Confresa;
- ✓ Conclusão do Projeto Baterias de Lítio para Religadores, com o objetivo de substituir baterias seladas VRLA, com vida útil de apenas dois anos e baixa confiabilidade, por novas baterias de lítio com vida útil de dez anos e operação em temperaturas de até 60°C, trazendo melhor confiabilidade de operação dos religadores, com redução de OPEX e DEC/FEC;
- ✓ No biênio 2021/2022, estão sendo instalados 177 km de Linha de Distribuição AT 138 kV, principalmente na região de Aripuanã x Colniza, para interligação do último sistema Isolado do Mato Grosso e desativação da geração diesel, reduzindo em 5 mil toneladas anuais o volume de emissão de gases de efeito estufa;
- ✓ Realização de mais de 5.880 quilômetros de rede de distribuição MT/BT em todo o estado, visando atender ao crescimento vegetativo do estado de Mato Grosso, concluir a 7ª Tranche do Programa Luz para Todos, de universalização rural, e melhorar a qualidade por meio de divisões de circuitos com limites de capacidade comprometidos;
- ✓ Projetos de redução dos indicadores de continuidade (DEC/FEC) com instalação de religadores automatizados, recondutoramentos e interligações que trouxeram ganhos necessários para alcançar as metas estabelecidas pela Aneel;
- ✓ Programa de Redução de Perdas, principalmente no combate a perdas não técnicas por meio da regularização de consumidores com furto de energia ou defeito na medição, com o objetivo de alcançar dos limites regulatórios e recuperação de consumo;

Para 2022, a Energisa Mato Grosso estima investir R\$ 792,6 milhões assim distribuídos:

Ativos Elétricos	Ativos Não-Elétricos	Ativos Próprios Total	Obrigações Especiais (CDE, CCC, Participação Financeira do Consumidor e P&D/PEE)	Total
652,0	38,8	690,8	101,8	792,6

Os valores acima foram estimados pela administração Companhia e englobam os ativos elétricos e não elétricos próprios, assim como obrigações especiais, especialmente dos segmentos de distribuição e transmissão, tendo como foco: (i) o programa de universalização de energia elétrica; (ii) o

atendimento de novas cargas e expansão das redes elétricas; (iii) a manutenção e substituição de ativos das redes elétricas; (iv) a melhoria da qualidade na prestação de serviços de distribuição; (v) o combate ao furto de energia; e (vi) o aperfeiçoamento de processos internos e de informática.

10.8.a.ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento de bancos comerciais, BNDES e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais. Os investimentos da Companhia e de suas controladas foram realizados com as fontes de financiamento descritas nos itens 10.1(d) e 10.1(f) deste Formulário de Referência. Para os investimentos a serem realizados no futuro, a Companhia pretende utilizar as fontes de financiamento descritas no item 10.1(e) deste Formulário de Referência.

10.8.a.iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que não estão previstos desinvestimentos.

10.8.b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a sua capacidade produtiva nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.8.c. Novos produtos e serviços

Não aplicável.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE ART. 10 DA IN CVM 481/09 - PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA O DIA 27 DE ABRIL DE 2022

Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

Conforme proposta da administração a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária do dia 27 de abril de 2022, que propõe reformar o artigo 16 do Estatuto Social da Companhia para prever que o Conselho de Administração passará a ser composto por no mínimo 03 e no máximo 05 membros, a administração da Companhia propõe fixar em 04 (quatro) o número de membros para a nova composição do Conselho de Administração a ser eleita.

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar:

A administração esclarece que todos os membros a seguir indicados atendem aos requisitos previstos na Política de Indicação e de Remuneração dos Administradores aprovada pelo Conselho de Administração da Energisa S.A. em 12 de setembro de 2019, extensível às sociedades controladas direta ou indiretamente pela Energisa S.A.

Nome: Ivan Müller Botelho	Data de Nascimento: 16/03/1934	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2022	Prazo do Mandato: até 27/04/2024
CPF: 002.991.386-15	Profissão: Engenheiro Eletricista	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração	Data de Posse: 27/04/2022	
Indicado pelo Controlador: SIM			Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não independente			Número de mandatos consecutivos: 04	

Experiência profissional:

Graduação em Engenharia Elétrica na University of Miami - Diploma de BSC Engenharia; Curso de Administração de Empresas para Altos Executivos, elaborado pela ELETROBRÁS, na Fundação Getúlio Vargas, em 1970; Curso de Administração para Altos Executivos no RPI -Rensselaer Polytechnic Institute em Troy - N.Y. -USA - 1970. Experiência profissional: Foi Vice-Presidente da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, Vice-Presidente da ABCE - Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica, membro do Conselho Consultivo da FIEMG - Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais e membro do Conselho Empresarial de Política Industrial da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema, da Energisa Minas Gerais e da Energisa Sergipe e membro do Comitê de Remuneração e Sucessão da Companhia. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Energisa Tocantins, da Energisa Mato Grosso, da Energisa Mato Grosso do Sul e da Rede Energia Participações S.A.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Nome: Ricardo Perez Botelho	Data de Nascimento: 28/06/1959	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2022	Prazo do Mandato: até 27/04/2024
CPF: 738.738.027-91	Profissão: Engenheiro Eletricista	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração	Data de Posse: 27/04/2022	
Indicado pelo Controlador: SIM			Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não independente			Número de mandatos consecutivos: 04	

Experiência profissional:

Graduação em Engenharia Eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro; Especialização em microeletrônica na Arizona State University, Tempe, AZ; e em 2014 concluiu o programa “Business School President’s Program on Leadership” na Harvard University em Cambridge, MA. Experiência profissional: Foi Engenheiro Eletrônico da CFLCL, empresa atuante no setor elétrico, Engenheiro Eletrônico da GTE Laboratories, empresa atuante no setor de telecomunicações, Engenheiro Eletrônico da GTE Communications Products - Tempe, empresa atuante no setor de telecomunicações, em Arizona (EUA), Chefe de Equipe de Desenvolvimento da Micron Technology - Signal Processing Group, empresa atuante no setor de tecnologia, em Arizona (EUA), diretor técnico-industrial da Multitel Microeletrônica, empresa fabricante de componentes de microeletrônica, membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Nova América S.A., empresa atuante no setor têxtil, presidente do Conselho de Administração da Cat-Leo Cise (atual Energisa Soluções) e presidente do conselho da Usina Termelétrica de Juiz de Fora, empresa atuante no setor de energia elétrica. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Sergipe, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema e da Energisa S.A. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Mato Grosso, da Energisa Mato Grosso do Sul, da Energisa Tocantins, da Empresa de Eletricidade do Vale Paranapanema S.A. e Rede Energia Participações S.A., todas atuante no setor de energia elétrica.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Nome: Marcelo Silveira da Rocha		Data de Nascimento: 17/12/1940	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2022	Prazo do Mandato: até 27/04/2024
CPF: 008.285.306-10	Profissão: Engenheiro Agrônomo	Cargo Eletivo Ocupado: Suplente do Conselho de Administração			Data de Posse: 27/04/2022
Indicado pelo Controlador: SIM				Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não independente				Número de mandatos consecutivos: 03	

Experiência profissional:

Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Viçosa-MG. Atua no Grupo Energisa há aproximadamente 50 anos; atualmente é membro do Conselho de Administração da Energisa S/A, Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A, Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A, Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A, Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A. Ex-Diretor Presidente da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A., de 2014 a 2016. Ex-Diretor Presidente da Energisa Paraíba e da Energisa Borborema- de 2008 a 2014; ex-Diretor Presidente da Energisa Sergipe, de 1997 a 2008; ex-Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (atual Energisa Minas Gerais) - de 1977 a 1988; ex-membro do Conselho de Administração do ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico- de 1998 a 2004; ex-Vice Presidente da Associação Comercial de Sergipe, de 2001 a 2003.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

(*) *Conselheiro indicado pelos empregados:*

Nome: Hélio Tito Simões de Arruda		Data de Nascimento: 04/06/1965	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2022	Prazo do Mandato: até 27/04/2024
CPF: 116.011.401-34	Profissão: Administrador	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração			Data de Posse: 27/04/2022
Indicado pelo Controlador: NÃO				Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da Companhia				Número de mandatos consecutivos: 04	

Experiência profissional:

Natural de Cuiabá nascido em 04/06/1955, graduado em Administração de Empresas pela UnB - Universidade de Brasília (<http://www.unb.br>), Mestre em Administração Financeira pela Universidad de Extremadura (<http://www.unex.es>), Especialização na área de Tecnologia da Informação pela Universidade Católica de Brasília. Eleito para Academia Brasileira de Economia - Cátedra 22 -

(Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais) (<http://www.academia-ane.org.br>). Resumo das atividades profissionais exercidas; Conselheiros Administrativo das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - CEMAT de 1997 até 2010; Conselheiro do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Superior de MT; Presidente do Sindicato dos Administradores de MT - SINAD/MT; Vogal da Junta Comercial de MT; Diretor da Federação das Indústrias de MT até 2012; Diretor e professor da Faculdade Matogrossense de Ciências Contábeis, Economia e Administração, do Instituto Cuiabano de Educação de 1990 a 1999; Diretor da Escola de Serviço Público de MT 1993 / 1994; Pesquisador do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas - IICA no ano de 1979; Presidente eleito e reeleito do Conselho Regional de Administração de MT 1994 a 2006; Professor e Fundador da Faculdade Católica Dom Aquino de Cuiabá, Coordenou o Curso de Administração.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Nome	Número de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
CPF	Percentual de participação nas reuniões realizadas após a posse
IVAN MULLER BOTELHO 002.991.386-15	17 100%
RICARDO PEREZ BOTELHO 738.738.027-91	17 100%
HELIO TITO SIMÕES DE ARRUDA 116.011.401-34	17 100%
ANDRE LA SAIGNE DE BOTTON 002.843.357-20	17 94.1%
MARCELO SIVEIRA DA ROCHA 008.285.306-10	17 100%

Nome	Número de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
CPF	Percentual de participação nas reuniões realizadas após a posse
JORGE NAGIB AMARY JUNIOR 147.832.848-73	04 100%
FLAVIO STAMM 048.241.708-00	04 100%
DANIEL VINICIUS ALBERINI SCHRICKTE	04

031.042.789-46	100%
Gilberto Aparecido de Farias 050.562.638-18	04 0%
GILBERTO LERIO 269.714.378-53	04 0%
FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR 170.810.253-15	04 0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não possui comitês.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

A Companhia não possui comitês.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

O candidato Ivan Müller Botelho (Presidente do Conselho de Administração) é pai do Sr. Ricardo Perez Botelho, Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente do emissor.

O candidato Ivan Müller Botelho é pai do Sr. Maurício Perez Botelho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do emissor. O Sr. Maurício Perez Botelho também é o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

O candidato Ricardo Perez Botelho (Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia) é filho do Sr. Ivan Müller Botelho e irmão do Sr. Maurício Perez Botelho (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores).

Os Srs. Ricardo Perez Botelho e Maurício Perez Botelho também ocupam cargos na administração de sociedades controladas e controladoras do emissor.

12.10. Relações de subordinação:

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer sociedade controladora, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO CAPÍTULO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) - PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2018

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de setembro de 2019, aprovou a Política de Indicação e de Remuneração dos Administradores (“Política”), que tem, dentre os seus objetivos, estabelecer as diretrizes a serem observadas quanto à remuneração do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, e da Diretoria Estatutária da Companhia e suas controladas (“Grupo Energisa”).

A Política encontra-se disponível para consulta no site da Companhia (ri.energisa.com.br) e em sua página eletrônica no Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Com relação às práticas de remuneração da Companhia, a Política está baseada nas seguintes premissas gerais:

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da Companhia no seu segmento;
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento;
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização; e
- Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis.

Nos termos da Política, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia deverá ser fixada pela Assembleia Geral, devendo o Conselho de Administração, após sugestão do Comitê de Remuneração e Sucessão, fixar os honorários dos seus membros e dos membros da Diretoria.

A remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado, por sua vez, é fixada pela Assembleia Geral que os elege, respeitando os valores mínimos previstos na Lei nº 6.404, de 1976 (“Lei das S.A.”).

Os membros dos Comitês de Assessoramento, por sua vez, poderão ser remunerados de acordo com o que determinar o Conselho de Administração da Companhia, observadas as premissas acima.

Nota-se, ainda, que os executivos da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades do cargo e nível de competitividade da Companhia.

Através da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, conservar profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.

Destaca-se, por fim, que a remuneração também observa política de remuneração variável aprovada pelo Comitê de Remuneração em junho de 2012, que é um documento interno da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

i. **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Diretoria Não Estatutária, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Risco da Companhia, Comitê de Remuneração e Sucessão, Comitê de Divulgação e Comitê de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro é composta pelos elementos abaixo descritos:

1 - Conselho de administração: a remuneração do Conselho de Administração é atualmente composta por remuneração fixa anual e benefícios pós-emprego.

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores. O mercado Hay é utilizado para o Presidente e Vice Presidente do Conselho. Os demais conselheiros têm suas remunerações baseadas em práticas usuais de mercado, observadas as limitações do orçamento e sugestões da diretoria de gestão de pessoas.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos. O pacote de benefícios atualmente é oferecido para o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa.

(b) Remuneração Variável:

A partir do exercício social de 2019 não houve mais remuneração variável para nenhum dos membros do Conselho. Nos exercícios anteriores somente o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho tinham direito a remuneração variável.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada oferecida para o Vice-Presidente do Conselho de Administração e atual Diretor Presidente, com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

2 - Diretoria (Estatutária ou Não): a remuneração da Diretoria é atualmente composta por remuneração fixa anual, remuneração variável e benefícios pós-emprego.

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa e depósito do FGTS.

(b) Remuneração Variável:

Programa de Remuneração de Curto Prazo: Valor pago em função do cumprimento das metas contratadas para curto prazo estabelecido por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay.

Incentivo de Longo Prazo (“ILP”): nos termos do Plano de ILP aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2018, esta remuneração é baseada em

práticas de mercado e atrelada ao desempenho das ações, com constituição e período de “vesting”, podendo ser oferecida anualmente de acordo com as aprovações do Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

3 - Conselho Fiscal: os membros do Conselho Fiscal, quando o órgão for instalado, fazem jus apenas a remuneração fixa, nos termos da Lei das S.A..

Adicionalmente, possuem direito aos reembolsos legais de despesas de locomoção e estadias necessários ao desempenho da função. Sobre a remuneração fixa há o recolhimento de encargos sociais.

O Conselho Fiscal não é elegível à remuneração variável e não recebem qualquer tipo de benefício (como assistência médica, seguro de vida e benefícios pós-emprego.)

4 - Comitês

Atualmente, apenas os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia recebem um valor fixo pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana de mercado. Os demais membros dos Comitês atualmente instalados não são remunerados por sua participação no referido comitê, mas apenas pelos outros cargos exercidos na Companhia uma vez que as atividades exercidas nestes comitês constam do rol de atividades definidas para os respectivos cargos.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Órgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	98%	0%	0%	0%	2%	0%	100%
Diretoria Estatutária	47%	4%	0%	36%	5%	8%	100%
Diretoria Não Estatutária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Órgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	99%	0%	0%	0%	1%	0%	100%
Diretoria Estatutária	39%	3%	0%	34%	5%	20%	100%
Diretoria Não Estatutária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Órgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	45%	3%	0%	38%	6%	8%	100%
Diretoria Não Estatutária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração dos integrantes da Diretoria Estatutária é definido em Assembleia Geral e tem como base pesquisa salarial realizada pela empresa de consultoria Korn Ferry HayGroup. A Companhia tem como prática fixar este pagar em observância à Mediana do Mercado Hay.

Os membros do Conselho de Administração têm sua remuneração fixa reajustada pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento.

O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração devida à Diretoria Não Estatutária, por sua vez, segue os mesmos moldes da Diretoria Estatutária, mas não se sujeita à aprovação da Assembleia Geral.

Nota-se, a respeito da metodologia de cálculo, que o Mercado Hay 2021 utilizado como referência contempla: 73 empresas de vários portes e vários setores, 6 macro setores (Indústria de Base, Indústria Geral, Serviços, Infraestrutura (incluindo o setor de energia elétrica), Comércio/Varejo e Agronegócio).

A Hay disponibiliza várias equações para cálculo da remuneração dos executivos. Na Companhia, as seguintes principais equações são utilizadas:

Equação do Salário Base: Salário nominal (base maio) anualizado de acordo com o número de salários pagos no ano. Equação utilizada para calcular a parcela fixa da remuneração dos administradores.

Equação do Total em Dinheiro: Salário Base acrescido dos incentivos de curto prazo alvos (bônus, participação nos resultados, prêmios, entre outros) pagos no último exercício fiscal. Equação utilizada para calcular a parcela variável da remuneração dos administradores.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Os administradores da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades dos respectivos cargos, visando a manter o nível de competitividade da Companhia, atraindo e retendo executivos e profissionais. Além disso, de forma geral, a estratégia de remuneração da Companhia busca atrelar a remuneração aos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da Companhia.

Nessa direção, destaca-se que, no caso do Conselho de Administração e dos seus Comitês de Assessoramento, conforme o caso, a estratégia de remuneração contempla remuneração fixa competitiva e benefícios em linha com as práticas de mercado.

No caso da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, por sua vez, a Companhia visa a balancear a parcela fixa e a parcela variável de sua remuneração, com foco também no alinhamento às metas de curto e longo prazo da Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia são remunerados Pela Companhia.

Apenas não fazem jus a remuneração específica, por conta da participação em tais órgãos, os membros dos Comitês de Remuneração e Sucessão, Divulgação e Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro. Destaca-se, contudo, que os membros de tais comitês em regra são diretores, membros do Conselho de Administração e/ou funcionários da Companhia, sendo remunerados pelo exercício dos demais cargos na Companhia, conforme o caso.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração fixa devida aos membros da administração, nos termos anteriormente indicados, não está atrelada a indicadores de desempenho.

A determinação da remuneração variável de curto prazo da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, por sua vez, considera indicadores de desempenho alinhados com os objetivos da Companhia e contempla importantes aspectos de seus resultados, com foco nas finanças, clientes, processos internos, colaboradores e melhoria contínua.

Nesse sentido, os principais indicadores utilizados para remuneração variável de curto prazo são os seguintes:

- Despesas Controláveis
- Lucro Líquido Ajustado
- EBITDA Ajustado
- PDD + incobráveis
- Perdas Totais
- Inadimplência
- Pendente
- ISQP
- Estoque médio
- HE/HHT
- Projeção da base de remuneração

Em caso de superação das metas, a remuneração variável base poderá ser acrescida de até 25%.

No caso do ILP, os indicadores de desempenho utilizados são:

- FCL: Fluxo de Caixa Livre
- TSR: Total Shareholder Return

Em caso de superação das metas, a remuneração variável base poderá ser acrescida de até 200%.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os valores da participação nos resultados são definidos de acordo com o desempenho de cada executivo. Este desempenho é medido por meio da metodologia de medição e gestão de desempenho *Balanced Scorecard* (“BSC”), sendo que para BSC = 100% paga-se a mediana do “mercado Hay”. Da mesma forma, para desempenhos inferiores, paga-se valor abaixo da mediana do “mercado Hay” e para desempenhos superiores, paga-se acima dessa mediana.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Através da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, reter profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária recebem remuneração de acordo com as funções e atribuições específicas que venham a exercer em cada empresa do Grupo Energisa, em observância aos parâmetros previstos no art. 152 da Lei das S.A.. Nessa linha, leva-se em consideração os serviços prestados por cada administrador respectivamente para cada empresa do grupo da Companhia e a regulamentação aplicável para o setor. Assim, com relação à sua remuneração total, os administradores podem receber salários, benefícios e remuneração variável das empresas do Grupo Energisa. Vide, a respeito, os valores previstos no item 13.15 deste Formulário de Referência.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Em decorrência da compra ou alienação de controle societário, normalmente é pago, para os profissionais que atuaram diretamente na operação, um bônus definido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Não houve pagamento nos três últimos anos.

h. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, indicando de que forma participam:

Nos termos da Política, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é fixada pela Assembleia Geral, devendo o Conselho de Administração, após sugestão do Comitê de Remuneração e Sucessão, fixar os honorários dos seus membros e dos membros da Diretoria.

O Comitê de Remuneração e Sucessão da Companhia é o órgão responsável por auxiliar o Conselho de Administração nas questões relativas à (i) remuneração dos membros da administração; e (ii) indicação de pessoas para ocupar cargos na administração. Nesse sentido, referido Comitê tem entre suas atribuições propor remuneração compatível com as melhores práticas observadas pelo mercado de atuação da Companhia, a qual deverá contribuir para o estímulo e a retenção de profissionais devidamente qualificados para desempenho de suas funções, assim como o de atrair novos recursos sempre que necessário.

Adicionalmente, nota-se que a diretoria de Gestão de Pessoas apresenta para o Comitê a sugestão de remuneração individual em função da pesquisa elaborada pela Hay. O Comitê delibera sua aprovação ou propõe ajustes que julgar necessários antes de submeter o assunto ao Conselho de Administração da Companhia.

j. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A remuneração individual é definida como base na pesquisa salarial realizada pela Korn Ferry HayGroup. A política da Companhia é pagar dentro da Mediana do Mercado Hay para os membros da Diretoria. Os integrantes do Conselho de Administração têm sua remuneração fixa reajustada pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento.

Nota-se, a respeito da metodologia de cálculo, que o Mercado Hay 2021 utilizado como referência contempla: 73 empresas de vários portes e vários setores, 6 macro setores (Indústria de Base, Indústria Geral, Serviços, Infraestrutura (incluindo o setor de energia elétrica), Comércio/Varejo e Agronegócio).

l. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

Anualmente, com base na proposta do Comitê de Remuneração e Sucessão, nos termos do item (i) acima.

13.2 - Remuneração total por órgão reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano: 2019

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	5,00	7,00	6,00	18,00
c. Número de Membros Remunerados	5,00	7,00	3,00	15,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	465.904,00	3.724.321,06	140.116,00	4.330.341,06
. Salário ou pró-labore	465.904,00	3.459.908,00	140.116,00	4.065.928,00
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	264.413,06	0,00	264.413,06
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Remuneração Variável	0,00	2.940.605,85	0,00	2.940.605,85
. Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
. Participação nos resultados	0,00	2.940.605,85	0,00	2.940.605,85
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	0,00	0,00
. Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Benefícios pós-emprego	0,00	436.271,57	0,00	436.271,57
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
v. Remuneração Baseada em ações	0,00	585.435,27	0,00	585.435,27
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	465.904,00	7.686.633,76	140.116,00	8.292.653,76

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP.

O valor realizado de 2019 (R\$ 8.292.653,76) representou 85,94% do valor limite aprovado para 2019 (R\$ 9.649.879,45), gerando uma economia R\$ 1.357.225,69.

Ano: 2020

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	5,00	7,00	6,00	18,00
c. Número de Membros Remunerados	5,00	7,00	3,00	15,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	442.675,95	3.500.002,53	137.373,18	4.080.051,66
. Salário ou pró-labore	442.675,95	3.254.288,29	137.373,18	3.834.337,42
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	245.714,24	0,00	245.714,24
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Remuneração Variável	0,00	2.809.530,18	0,00	2.809.530,18
. Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
. Participação nos resultados	0,00	2.809.530,18	0,00	2.809.530,18
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	0,00	0,00
. Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Benefícios pós-emprego	2.461,86	419.927,01	0,00	422.388,87
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

v. Remuneração Baseada em ações	0,00	1.641.704,37	0,00	1.641.704,37
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	445.137,81	8.371.164,09	137.373,18	8.953.675,08

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP.

O valor realizado de 2020 (R\$ 8.953.675,08) representou 84,03% do valor limite aprovado para 2020 (R\$ 10.655.306,28), gerando uma economia R\$ 1.701.631,20.

Ano: 2021

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	5,00	7,00	6,00	18,00
c. Número de Membros Remunerados	5,00	7,00	3,00	15,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	416.595,88	3.944.338,05	155.023,93	4.515.957,86
. Salário ou pró-labore	416.595,88	3.663.511,39	155.023,93	4.235.131,20
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	280.826,66	0,00	280.826,66
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
. Outros (INSS + FGTS)	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Remuneração Variável	0,00	2.808.713,77	0,00	2.808.713,77
. Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
. Participação nos resultados	0,00	2.808.713,77	0,00	2.808.713,77
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	0,00	0,00
. Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Benefícios pós-emprego	7.749,37	417.845,70	0,00	425.595,07
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
v. Remuneração Baseada em ações	0,00	609.850,40	0,00	609.850,40
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	424.345,25	7.780.747,92	155.023,93	8.360.117,10

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP;

(2) O valor realizado não contém encargos (diferente do contábil).

O valor realizado de 2021 (R\$ 8.360.117,10) representou 83,73% do valor limite aprovado para 2021 (R\$ 9.984.581,34), gerando uma economia R\$ 1.624.464,24.

Ano: 2022 (aprovado em Assembleia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	4,00	7,00	6,00	17,00
c. Número de Membros Remunerados	4,30	7,00	3,00	14,30
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	403.920,00	4.574.742,67	182.219,66	5.160.882,32
. Salário ou pró-labore	403.920,00	4.251.792,01	182.219,66	4.837.931,66

. Benefícios diretos e indiretos	0,00	322.950,66	0,00	322.950,66
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
. Outros (INSS + FGTS)		0,00	0,00	0,00
ii. Remuneração Variável	0,00	4.256.464,19	0,00	4.256.464,19
. Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
. Participação nos resultados	0,00	4.256.464,19	0,00	4.256.464,19
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	0,00	0,00
. Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Benefícios pós-emprego	7.749,37	480.522,56	0,00	488.271,93
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
v. Remuneração Baseada em ações	0,00	1.825.834,50	0,00	1.825.834,50
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	411.669,37	11.137.563,91	182.219,66	11.731.452,94

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP

O limite de remuneração acima, a ser aprovado pela Assembleia, refere-se ao período de maio/22 a abril/2023.

O Limite para aprovação (R\$ 11.731.452,94) corresponde a um acréscimo de 17,50% em relação ao limite anterior (R\$ 9.984.581,34).

13.3 - Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano: 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	5,00	7,00	6,00	18,00
c. Número de Membros Remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1.124.432,04	0,00	1.124.432,04
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.622.160,18	0,00	5.622.160,18
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	4.497.728,15	0,00	4.497.728,15
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	2.940.605,85	0,00	2.940.605,85

Ano: 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	5,00	7,00	6,00	18,00
c. Número de Membros Remunerados	5,00	7,00	3,00	15,00
d. Bônus				

i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	981.183,06	0,00	981.183,06
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.905.915,29	0,00	4.905.915,29
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	3.924.732,23	0,00	3.924.732,23
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	2.809.530,18	0,00	2.809.530,18

Ano: 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	5,00	7,00	6,00	18,00
c. Número de Membros Remunerados	5,00	7,00	3,00	15,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	783.159,34	0,00	783.159,34
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.915.796,69	0,00	3.915.796,69
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	3.132.637,35	0,00	3.132.637,35
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	2.808.713,77	0,00	2.808.713,77

Ano: 2022 (para aprovação da Assembleia)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	4,00	7,00	6,00	17,00
c. Número de Membros Remunerados	4,30	7,00	3,00	14,30
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	851.292,84	0,00	851.292,84
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.256.464,19	0,00	4.256.464,19
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	3.405.171,36	0,00	3.405.171,36

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) Termos e condições gerais

A Energisa S.A., controladora da EMT, ofereceu aos seus executivos Programa de Remuneração Variável por meio do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseado em ações, aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Por meio do plano, serão concedidas ações de emissão da Energisa S.A., negociadas através de certificados de ações pelo código ENGI11 (“Units”), aos diretores (estatutários ou não) da Companhia e de suas controladas. O número de Units outorgado teve um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual, consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. Ao programa são associadas condições de performance (Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O período de aquisição do direito (vesting) é de 3 anos, a partir da data da outorga para os dois primeiros programas. Já o terceiro foi definido um período de 2,27 anos para aquisição do direito (vesting), a partir da data de outorga. Já o quarto foi definido um período de 3,00 anos para aquisição do direito (vesting), a partir da data de outorga.

b) Principais objetivos do plano

O plano de concessões de ações, tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor.

c) Forma como o plano contribui para estes objetivos

O plano contribui para os objetivos por meio do alinhamento dos interesses dos beneficiários com as metas de longo prazo da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano complementa a remuneração variável dos beneficiários, visando atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo ao associar condições de performance (Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre) ao número de ações a ser recebido pelos beneficiários.

f) Número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Executivos, em decorrência do Plano, 1.729.827 Units, representativas de, no máximo, 0,5% (zero vírgula cinquenta por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica por se tratar de um plano de ações.

h) Condições de aquisição das ações

São elegíveis a participar do Plano de ILP os Executivos que venham a ser convidados pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo certo que só poderão ser convidados os Executivos que alcancem os critérios de elegibilidade. Os critérios de elegibilidade para participação poderão ser revistos e redefinidos para fins do lançamento de cada novo programa, se for o caso, de acordo com a conveniência e discricção da Companhia.

Para fazer jus ao recebimento das Units, o Executivo deverá: (i) permanecer em regime de dedicação integral na administração ou no quadro de empregados da Companhia até o término do período de vesting aplicável; e (ii) abster-se de constituir, dedicar-se, ligar-se ou de qualquer outra forma participar, como administrador ou acionista (quer seja direta e/ou indiretamente), de empresas concorrentes, ainda que potencialmente, da Companhia até o término do período de vesting aplicável. Além disso, o número de Units de fato adquirida pode ser modificado de acordo com o atingimento das condições de performance estabelecidas.

As regras aplicáveis aos casos de desligamento de Executivos da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia ao cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento serão tratados a cada outorga pelo Conselho de Administração.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se aplica, pois trata-se de um plano de ações restritas.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não se aplica, pois trata-se de um plano de ações restritas.

k) Forma de liquidação

Em instrumentos patrimoniais, com a possibilidade de liquidação financeira da obrigação de transferência da propriedade das ações, se for o caso, a critério exclusivo da Companhia.

l) Restrições a transferência das ações

Período de lock-up de 1 (um) ano após aquisição de Units pelo Executivo.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de alteração do atual controle acionário da Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), de forma direta ou indireta, o Conselho de Administração poderá determinar o cancelamento do Plano ou a sua remodelagem.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização envolvendo a Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos em vigor, a critério do Conselho de Administração, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; (ii) ser cancelados ou remodelados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro. Na hipótese de recuperação judicial da Companhia, o Conselho de Administração também poderá determinar o cancelamento do Plano ou a sua remodelagem.

Caso se verifique, na data de término do período de vesting de qualquer Programa, que o valor das Units sofreu uma redução superior a 15% (quinze por cento) do valor na data de lançamento de qualquer Programa, o Conselho de Administração da Companhia poderá, a seu exclusivo critério, cancelar o Programa em curso ou, ainda, o próprio Plano e/ou remodelar o Programa, sempre observadas as regras deste Plano, para adaptação à nova situação de valorização da Companhia no mercado.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações

O Conselho de Administração estabelecerá, em cada Programa, as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Executivos da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia ao cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os quadros abaixo trazem informações sobre os programas 1, 2, 3 e 4 do plano de ILP vigente. As quantidades e valores por colaborador são rateadas por empresa do grupo Energisa. Os dados abaixo estão relacionados às informações da Energisa Mato Grosso.

Plano ILP		Previsão para o período com fim em 31/12/2022	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,00	7,00	7,00
c) Número de membros remunerados	7,00	7,00	7,00

Outorga:	2o Programa de Ações	3o Programa de Concessão de Ações	4o Programa de Concessão de Ações
d) Em relação a cada outorga de ações:			
i. Data de Outorga	10/05/2019	12/02/2021	14/05/2021
ii. Quantidade de ações outorgada	31.318	28.904	32.187
iii. Quantidade de ações em aberto no início do período	31.318	28.904	32.187
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	31.318 em 10/05/2022	28.904 em 20/05/2023	32.187 em 13/05/2024
v. Prazo máximo para exercício das opções	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
vi. Prazo de restrição à transferência de ações	1 ano	1 ano	1 ano
vi. Cotação média ponderada em cada um dos seguintes grupos de ações:			
· em aberto no início do exercício social	R\$ 44,13	R\$ 44,13	R\$ 44,13
· perdas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
· exercidas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
· expiradas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
e) valor justo das opções na data de cada outorga	R\$ 34,07 ¹	R\$ 43,69 ¹	R\$ 37,19 ¹
f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,01%	0,01%	0,01%

¹ como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente.

Plano ILP
Período fiscal com fim em 31/12/2021

a) Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
c) Número de membros remunerados	7,00	7,00	7,00	7,00
Outorga:	1º Programa Ações Restritas 2018	2º Programa de Ações	3º Programa de Concessão de Ações	4º Programa de Concessão de Ações
d) Em relação a cada outorga de ações:				
i. Data de Outorga	02/05/2018	10/05/2019	12/02/2021	14/05/2021
ii. Quantidade de ações outorgada	38.658	31.318	28.904	32.187
iii. Quantidade de ações em aberto no início do período	38.658	31.318	28.904	32.187
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	38.658 em 02/05/2021	31.318 em 10/05/2022	28.904 em 20/05/2023	32.187 em 13/05/2024
v. Prazo máximo para exercício das opções	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
vi. Prazo de restrição à transferência de ações	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
vi. Cotação média ponderada em cada um dos seguintes grupos de ações:				
· em aberto no início do exercício social	R\$ 51,53	R\$ 51,53	R\$ 51,53	R\$ 51,53
· perdas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há	Não há
· exercidas durante o exercício social	R\$ 43,68 ²	Não há	Não há	Não há
· expiradas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há	Não há
e) valor justo das opções na data de cada outorga	R\$ 27,68 ¹	R\$ 34,07 ¹	R\$ 43,69 ¹	R\$ 37,19 ¹
f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%

¹ como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente.

² preço da ação na data de exercício (02/05/2021)

Plano ILP
Período fiscal com fim em 31/12/2020

a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7

c) Número de membros remunerados	7	
d) Em relação a cada outorga de ações:		
i. Data de Outorga	02/05/2018	10/05/2019
ii. Quantidade de ações outorgada	38.658	31.318
iii. Quantidade de ações em aberto no início do período	38.658	31.318
iv. Prazo para que as ações se tornem exercíveis	38.658 em 02/05/2021	31.318 em 10/05/2022
v. Prazo máximo para exercício das ações	Não aplicável	Não aplicável
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano
vi. Cotação média ponderada em cada um dos seguintes grupos de ações:		
· em aberto no início do exercício social	R\$ 54,24	R\$ 54,24
· perdas durante o exercício social	Não há	Não há
· exercidas durante o exercício social	Não há	Não há
· expiradas durante o exercício social	Não há	Não há
e) Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 27,68¹	R\$ 34,07¹
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,01%	0,01%

¹ como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente.

Plano ILP

Período fiscal com fim em
31/12/2019

31/12/2019		
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número total de membros	7	
c) Número de membros remunerados	7	
d) Em relação a cada outorga de ações:		
i. Data de Outorga	02/05/2018	10/05/2019

ii. Quantidade de ações outorgada	38.658	31.318
iii. Quantidade de ações em aberto no início do período	38.658	31.318
iv. Prazo para que as ações se tornem exercíveis	38.658 em 02/05/2021	31.318 em 10/05/2022
v. Prazo máximo para exercício das ações	Não aplicável	Não aplicável
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano
vii. Cotação média ponderada em cada um dos seguintes grupos de ações:		
· em aberto no início do exercício social	R\$ 37,06	R\$ 37,06
· perdidas durante o exercício social	Não há	Não há
· exercidas durante o exercício social	Não há	Não há
· expiradas durante o exercício social	Não há	Não há
e) Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 27,68 ¹	R\$ 34,07 ¹
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,01%	0,01%

¹ como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Plano ILP		Período fiscal com fim em 31/12/2021	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,00	7,00	7,00
c) Número de membros remunerados	7,00	7,00	7,00
d) Em relação às opções ainda não exercíveis:			
i. Quantidade	31.318	28.904	32.187

ii. Data em que se tornarão exercíveis	31.318 em 10/05/2022	28.904 em 20/05/2023	32.187 em 13/05/2024
iii. Prazo máximo para exercício	As ações devem ser resgatadas ao fim da carência, portanto o prazo para exercício é o mesmo prazo para tomar exercível (item anterior)	As ações devem ser resgatadas ao fim da carência, portanto o prazo para exercício é o mesmo prazo para tomar exercível (item anterior)	As ações devem ser resgatadas ao fim da carência, portanto o prazo para exercício é o mesmo prazo para tomar exercível (item anterior)
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	1 ano
v. Preço médio ponderado das ações	R\$ 44,13	R\$ 44,13	R\$ 44,13
vi. Valor justo das ações no último exercício social	R\$ 1.067.004,26	R\$ 1.262.815,76	R\$ 1.197.034,53
e) Em relação às ações exercíveis:			
i. Quantidade	Não há ações exercíveis em 31/12/2021	Não há ações exercíveis em 31/12/2020	Não há ações exercíveis em 31/12/2021
ii. Prazo Máximo para exercício das opções			
iii. Prazo de Restrição à transferência de ações			
iv. Preço médio ponderado de exercício			
v. Valor justo das opções no último exercício social			
vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social			

Plano ILP		Período fiscal com fim em 31/12/2020	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	
b) Número total de membros	7,00	7,00	
c) Número de membros remunerados	7,00	7,00	

d) Em relação às opções ainda não exercíveis:		
i. Quantidade	38.658	31.318
ii. Data em que se tornarão exercíveis	38.658 em 02/05/2021	31.318 em 10/05/2022
iii. Prazo máximo para exercício	As ações devem ser resgatadas ao fim da carência, portanto o prazo para exercício é o mesmo prazo para tomar exercível (item anterior)	As ações devem ser resgatadas ao fim da carência, portanto o prazo para exercício é o mesmo prazo para tomar exercível (item anterior)
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano
v. Preço médio ponderado das ações	R\$ 51,53	R\$ 51,53
vi. Valor justo das ações no último exercício social	R\$ 1.070.053,44	R\$ 1.067.004,26
e) Em relação às ações exercíveis:		
i. Quantidade	Não há ações exercíveis em 31/12/2020	Não há ações exercíveis em 31/12/2020
ii. Prazo Máximo para exercício das opções		
iii. Prazo de Restrição à transferência de ações		
iv. Preço médio ponderado de exercício		
v. Valor justo das opções no último exercício social		
vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social		

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

As ações do “1º Programa Ações Restritas 2018” foram exercidas e entregue no dia 02/05/2021, com isso as informações do exercício são encontradas na tabela abaixo:

1º Programa Ações Restritas 2018	Período fiscal com fim em 31/12/2021
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,00
c) Número de membros remunerados	7,00

d) Em relação às ações entregues	
i. Número de Ações	38.658
ii. Preço médio de aquisição (valor da ação no dia que foi exercido)	R\$43,68
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	Não aplicável para ações restritas

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP	3º Programa ILP	4º Programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de ações outorgadas	253.063	210.753	206.204	269.963
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2,27 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(a)	8,2%	7,7%	5,26%	7,88%
Volatilidade ^(b)	29,29%	25,06%	50,51%	35,15%
Valor justo na data da outorga	R\$ 27,68 ^(c)	R\$ 34,07	R\$ 43,69	R\$37,19

- (a) Taxa de juros considera a projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa
- (b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 3 anos anteriores à data de outorga de cada programa.
- (c) O valor justo na data da outorga foi recalculado em 2019, considerando um período histórico de 3 anos para cálculo de volatilidade e correlação. A alteração teve como objetivo utilizar um período histórico compatível com a duração do programa.
- (d) O valor total de ações outorgadas utilizado no cálculo foi o total somado de todas as empresas.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Posição acionária na EMT dos membros do Conselho de Administração

Nomes	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% s/ Capital Total
Ivan Müller Botelho	-	-	-	-
Ricardo Perez Botelho	-	-	-	-

Marcelo Silveira da Rocha	-	-	-	-
Hélio Tito Simões de Arruda	11.883	1	11.884	0,01%
André La Saigne de Button	-	--	-	-
Total	11.883	1	11.884	0,01%

Posição acionária na EMT dos membros do Conselho Fiscal

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% s/ Capital Total
Flavio Stam (E)	-	-	-	-
Daniel Vinicius Alberini Schrickte (E)	-	-	-	-
Jorge Nagib Amary Junior (S)	-	-	-	-
Gilberto Lerio (S)	-	-	-	-
Francisco Asclépio Barroso Aguiar (S)	284.000	-	284.000	0,13%
Gilberto Aparecido de Farias	-	-	-	-
Total	284.000	0	284.000	0,13%

Os membros da Diretoria não possuíam ações da EMT.

Posição acionária na Energisa S.A. dos membros do Conselho de Administração

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% s/ Capital Total
Ivan Müller Botelho	699.800	2.751.000	3.450.800	0,19%
Ricardo Perez Botelho	52.085	208.340	260.425	0,01%
Marcelo Silveira da Rocha	5.155	18.190	23.345	0,00%
Hélio Tito Simões de Arruda	-	-	-	-
André La Saigne de Button	-	--	-	-
Total	757.040	2.997.530	3.734.570	0,20%

Posição acionária na Energisa S.A. dos membros do Conselho Fiscal

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% s/ Capital Total
Flavio Stam (E)	-	-	-	-
Daniel Vinicius Alberini Schrickte (E)	-	-	-	-
Jorge Nagib Amary Junior (S)	-	-	-	-
Gilberto Lerio (S)	-	-	-	-
Francisco Asclépio Barroso Aguiar (S)	-	6.900	6.900	0,00%
Gilberto Aparecido de Farias	-	-	-	-
Total	0	0	6.900	0,00%

Posição acionária na Energisa S.A. dos membros da Diretoria

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% s/ Capital Total
Riberto José Barbanera	5.288	21.152	26.440	0,00%
Maurício Perez Botelho	229.858	947.832	1.117.690	0,07%
Amaury Antônio Damiance	3.843	15.372	19.215	0,00%
Daniele Araújo Salomão	3.873	15.492	19.365	0,00%
Fernando Cezar Maia	11.500	46.000	57.500	0,00%

Gioreli de Sousa Filho	12.430	49.720	62.150	0,00%
José Marcos Chaves de Melo	10.358	41.432	51.790	0,00%
Total	277.150	1.137.000	1.354.150	0,07%

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer às seguintes informações em forma de tabela:

a)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	5,00	7,00	6,00
b. número de membros remunerados	5,00	7,00	3,00
c. Nome do Plano	Plano Energisa de Complementação de Aposentadoria		
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-		
e. condições para se aposentar antecipadamente	. Ter no mínimo 55 anos de idade . Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora . Ter no mínimo 5 anos de vinculação ao plano . Término do vínculo empregatício com a patrocinadora . Estar elegível a um benefício de aposentadoria pela previdência oficial		
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 4.115.504,71	-
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 417.845,70	-
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim, com as seguintes condições: . Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora . Término do vínculo empregatício . O valor a ser resgatado referente a parte da patrocinadora é proporcional ao seu tempo de serviço		

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Conselho de Administração

Ano	Número de Membros Total	Número de Membros Remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2019	5,00	5,00	224.497,44	36.821,14	93.180,80

2020	5,00	5,00	213.372,45	29.163,72	89.027,56
2021	5,00	5,00	227.597,29	31.969,32	84.869,05

Diretoria Estatutária

Ano	Número de Membros Total	Número de Membros Remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2019	7,00	7,00	830.049,69	248.281,28	1.098.090,54
2020	7,00	7,00	1.567.645,27	486.370,84	1.195.880,58
2021	7,00	7,00	1.752.352,21	534.344,52	1.111.535,42

Conselho Fiscal

Ano	Número de Membros Total	Número de Membros Remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2019	6,00	3,00	46.705,33	46.705,33	46.705,33
2020	6,00	3,00	45.791,06	45.791,06	45.791,06
2021	6,00	3,00	51.674,64	51.674,64	51.674,64

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2019	2020	2021
Conselho de Administração	32%	32%	25%
Diretoria Estatutária	15%	15%	16%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não ocorreu nenhum pagamento dessa natureza.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Exercício social 2021 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	27.766,08	6.675.554,52	110.079,08	6.813.399,68
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	2.709.737,07	9.102.570,40	0,00	11.812.307,47

Exercício social 2020 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	53.342,10	5.951.383,08	49.914,66	6.054.639,84
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	2.910.296,65	8.660.526,53	0,00	11.570.823,18

Exercício social 2019 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	56.907,85	5.322.374,01	35.280,80	5.414.562,66
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	2.776.096,04	7.850.061,21	0,00	10.626.157,25

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Incentivo de Longo Prazo aprovado na AGOE de 25 de abril de 2018:

Conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, a controladora indireta da Companhia, Energisa S.A., possui Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações ("Plano ILP") aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2018.

No âmbito do Plano ILP, o Conselho de Administração da Energisa S.A. aprovou em reunião realizada em 10 de maio de 2018 o 1º Programa de Concessão de Ações, com as seguintes principais condições:

- **Prazo de Vigência:** foi implementado durante o ano calendário de 2018, tendo como duração total do ciclo o período de 3 (três) anos, iniciando-se em 02 de maio de 2018 e término 3 (três) anos depois.

- **Participantes:** foram elegíveis os diretores (estatutários ou não) da Companhia e de suas controladas, atualmente, 38 executivos.

- **Volume Individual:** o contrato a ser assinado com cada executivo estabelecerá o número base de units que poderá ser transferido, respeitado o volume global previsto no Plano, levando em consideração a remuneração base recebida pelo executivo em dezembro de 2017, ou no mês de seu ingresso na Companhia, caso posterior, e um múltiplo aplicável sobre tal remuneração base. O montante é convertido em número de units, conforme fechamento da unit na data da outorga, definida como o período de início do *vesting* (02 de maio de 2018).

- **Units e Metas:** o recebimento e a quantidade de units a serem recebidas pelo executivo dependerá do atingimento de metas corporativas que serão apuradas ao final do período de *vesting* de 3 (três) anos. O executivo participante receberá tais units após o período de *vesting*. A meta corporativa será definida de acordo com o “Fator de Desempenho” da Companhia, o qual será estabelecido pela inter-relação de duas métricas de geração de valor: Fluxo de Caixa Livre e TSR (*Total Shareholder Return*), de acordo com os critérios que ficarão em anexo ao contrato a ser assinado por cada executivo.

- **Valor de Referência:** a transferência das units será realizada a título gratuito aos executivos, observados os termos e condições estabelecidos no Plano e terão como valor de referência, a cotação das Units na B3, no pregão imediatamente anterior à data de transferência da propriedade das Units para o executivo.

- **Alternativa à Transferência de Ações:** conforme disposto no Plano, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, de forma alternativa à transferência das units realizar o pagamento em dinheiro do valor equivalente às units a que qualquer executivo faria jus, observado o Valor de Referência.

- **Restrições à Transferência das Ações:** o executivo somente poderá vender, ceder, transferir ou, de qualquer forma, alienar ou onerar as units, se atendido o período mínimo de indisponibilidade a ser encerrado em 1 (um) ano contado da data de aquisição das units detidas pelo executivo (“Período de *Lock Up*”).

O 3º Programa de Concessão de Ações, por sua vez, foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2021, tendo as seguintes principais condições:

- **Prazo de Vigência:** foi implementado durante o ano calendário de 2020, tendo como duração total do ciclo o período de 29 (vinte e nove) meses, iniciando-se em 21 de dezembro de 2020 e término 29 (vinte e nove) meses depois.

- **Participantes:** foram elegíveis os diretores (estatutários ou não) da Companhia e de suas controladas, atualmente, 39 executivos.

- **Volume Individual:** o contrato a ser assinado com cada executivo estabelecerá o número base de units que poderá ser transferido, respeitado o volume global previsto no Plano, levando em consideração a remuneração base recebida pelo executivo em dezembro de 2020, ou no mês de seu ingresso na Companhia, caso posterior, e um múltiplo aplicável sobre tal remuneração base. O montante é convertido em número de units, conforme fechamento da unit na data da outorga, definida como o período de início do *vesting* (21 de dezembro de 2020).

- **Units e Metas:** o recebimento e a quantidade de units a serem recebidas pelo executivo dependerá do atingimento de metas corporativas que serão apuradas ao final do período de *vesting* de 29 (vinte e nove) meses. O executivo participante receberá tais units após o período de *vesting*. A meta corporativa será definida de acordo com o “Fator de Desempenho” da Companhia, o qual será estabelecido pela inter-relação de duas métricas de geração de valor: Fluxo de Caixa Livre e TSR (*Total Shareholder Return*), de acordo com os critérios que ficarão em anexo ao contrato a ser assinado por cada executivo.

- **Valor de Referência:** a transferência das units será realizada a título gratuito aos executivos, observados os termos e condições estabelecidos no Plano e terão como valor de referência, a cotação das Units na B3, no pregão imediatamente anterior à data de transferência da propriedade das Units para o executivo.

- **Alternativa à Transferência de Ações:** conforme disposto no Plano, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, de forma alternativa à transferência das units realizar o pagamento em dinheiro do valor equivalente às units a que qualquer executivo faria jus, observado o Valor de Referência.

- **Restrições à Transferência das Ações:** o executivo somente poderá vender, ceder, transferir ou, de qualquer forma, alienar ou onerar as units, se atendido o período mínimo de indisponibilidade a ser encerrado em 1 (um) ano contado da data de aquisição das units detidas pelo executivo (“Período de Lock Up”).

O 4º Programa de Concessão de Ações, por sua vez, foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de maio de 2021, tendo as seguintes principais condições:

- **Prazo de Vigência:** foi implementado durante o ano calendário de 2021, tendo como duração total do ciclo o período de 3 (três) anos, iniciando-se em 14 de maio de 2021 e término 13 de maio de 2024.

- **Participantes:** foram elegíveis os diretores (estatutários ou não) da Companhia e de suas controladas, atualmente, 39 executivos.

- **Volume Individual:** o contrato a ser assinado com cada executivo estabelecerá o número base de units que poderá ser transferido, respeitado o volume global previsto no Plano, levando em consideração a remuneração base recebida pelo executivo em dezembro de 2020, ou no mês de seu ingresso na Companhia, caso posterior, e um múltiplo aplicável sobre tal remuneração base. O montante é convertido em número de units, conforme fechamento da unit na data da outorga, definida como o período de início do *vesting* (14 de maio de 2021).

- **Units e Metas:** o recebimento e a quantidade de units a serem recebidas pelo executivo dependerá do atingimento de metas corporativas que serão apuradas ao final do período de *vesting* de 36 (trinta e seis) meses. O executivo participante receberá tais units após o período de *vesting*. A meta corporativa será definida de acordo com o “Fator de Desempenho” da Companhia, o qual será estabelecido pela inter-relação de duas métricas de geração de valor: Fluxo de Caixa Livre e TSR (*Total Shareholder Return*), de acordo com os critérios que ficarão em anexo ao contrato a ser assinado por cada executivo.

- **Valor de Referência:** a transferência das units será realizada a título gratuito aos executivos, observados os termos e condições estabelecidos no Plano e terão como valor de referência, a cotação das Units na B3, no pregão imediatamente anterior à data de transferência da propriedade das Units para o executivo.

- **Alternativa à Transferência de Ações:** conforme disposto no Plano, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, de forma alternativa à transferência das units realizar o pagamento em dinheiro do valor equivalente às units a que qualquer executivo faria jus, observado o Valor de Referência.

Restrições à Transferência das Ações: o executivo somente poderá vender, ceder, transferir ou, de qualquer forma, alienar ou onerar as units, se atendido o período mínimo de indisponibilidade a ser encerrado em 1 (um) ano contado da data de aquisição das units detidas pelo executivo (“Período de Lock Up”).

Cálculo do número de membros dos órgãos da administração:

Os quadros abaixo contemplam as respectivas memórias de cálculo do número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria previstos nos itens 13.2 e 13.11 deste Formulário de Referência, seguindo os critérios recomendados pelo Ofício-Circular/Anual-2022-CVM/SEP:

2019

Conselho Administração	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00
Número de Membros Remunerados	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00

Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00
Número de Membros Remunerados	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00

Conselho Fiscal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Número de Membros Remunerados	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,00

2020

Conselho Administração	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00
Número de Membros Remunerados	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00

Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00
Número de Membros Remunerados	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00

Conselho Fiscal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Número de Membros Remunerados	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,00

2021

Conselho Administração	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00
Número de Membros Remunerados	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00

Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00
Número de Membros Remunerados	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00

Conselho Fiscal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Número de Membros Remunerados	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,00

5. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO ARTIGO 11 DA IN CVM 481/09 - PARA REFORMA NO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

I. Alteração do limite mínimo e máximo de cargos de membros do conselho de administração

Considerando a atual estrutura acionária da Companhia, com 94,20% das ações ordinárias e 97,51% do capital social total, detidos pelo acionista controlador e pessoas vinculadas, bem como o fato de restar assegurado que pelo menos 01 (um) membro do Conselho de Administração será livremente indicado pelos empregados da sociedade, caso as ações que detenham não sejam suficientes para garantir a eleição, a administração entende desnecessário e oneroso para a Companhia um Conselho de Administração formado por no mínimo 5 (cinco) membros.

Neste sentido, a Administração propõe a reforma do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia para prever que o Conselho de Administração passará a ser composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros.

A alteração ora proposta não gera qualquer efeito jurídico e econômico.

=====

Em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 11 da IN CVM 481/09, segue uma cópia do estatuto social consolidado da Companhia, contendo, em destaque, a alteração estatutária ora proposta.

ESTATUTO SOCIAL

ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51300001179

Companhia Aberta

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, FILIAIS, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1.º **ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.** é uma sociedade anônima de capital aberto, regida pelo presente Estatuto e pelas leis vigentes e tem sua sede e foro na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Rua Vereador João Barbosa Caramuru nº 184, Bairro Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, CEP: 78.010-900.

Parágrafo único. Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir e encerrar filiais, sucursais, agências de representação, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Art. 2.º Os fins da Companhia são:

a) transformação e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos, nos termos da legislação em vigor, nas áreas em que tenha ou venha a ter a concessão legal para esses serviços;

b) aquisição de títulos do mercado de capitais; e,

c) ampliação de suas atividades a todo e qualquer ramo que, direta ou indiretamente, tenha relação com os objetivos sociais da Companhia.

Parágrafo 1º Durante o prazo da concessão, a sociedade deverá ser mantida como companhia aberta, com os valores mobiliários de sua emissão negociáveis em Bolsa de Valores.

Parágrafo 2º Deverão ser previamente submetidas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ou órgão que a suceder, e ao Poder Concedente: a) qualquer alienação de ações que implique alteração do controle da sociedade; e/ou b) qualquer alteração estatutária de que resulte alteração do mesmo controle.

Art. 3.º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art.4º O capital social é de R\$ 1.677.112.703,58 (um bilhão, seiscentos e setenta e sete milhões, cento e doze mil e setecentos e três reais e cinquenta e oito centavos), representado por 218.941.939 (duzentos e dezoito milhões, novecentas e quarenta e uma mil e novecentas e trinta e nove) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 75.529.774 (setenta e cinco milhões, quinhentas e vinte nove mil e setecentas e

setenta e quatro) ações ordinárias e 143.412.165 (setenta e quatro e três milhões, quatrocentas e doze mil e cento e sessenta e cinco) ações preferenciais.

§ 1º As ações ordinárias serão nominativas.

§ 2º As ações preferenciais, que serão nominativas, possuem as seguintes características:

I – sem direito a voto;

II – prioridade no caso de reembolso do capital, sem prêmio;

III – prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% (dez por cento) ao ano sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações, dividendo a ser entre elas rateado igualmente;

IV – direito de participar - depois de atribuído às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto no inciso “III” supra - da distribuição de quaisquer dividendos ou bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

§ 3º As ações preferenciais sem direito de voto, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

§ 4º A transferência de propriedade das ações nominativas só poderá ser efetuada no escritório central da Companhia.

§ 5º O desdobramento de títulos múltiplos será efetuado a preço não superior ao custo.

§ 6º No caso do exercício do direito de retirada por acionistas conforme o previsto na legislação aplicável, o valor do reembolso das ações do acionista dissidente corresponderá ao valor do patrimônio líquido da Companhia, apurado conforme as últimas demonstrações contábeis aprovadas pela assembleia geral da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia desconsideradas as ações em tesouraria, sem prejuízo do disposto no §2º do artigo 45 da Lei das S.A.

Art. 5.º Observado que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, a Companhia fica desde já autorizada:

I - a aumentar o número das ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais de qualquer classe então existente;

II - a aumentar o número das ações preferenciais de qualquer classe sem guardar proporção com as demais classes então existentes ou com as ações ordinárias;

III - a criar classes de ações preferenciais mais favorecidas ou não que as já existentes ou que vierem a existir.

Parágrafo único. No caso de emissão de ações preferenciais de classe diversa da indicada no §2º, do art. 4º acima, às quais seja atribuída prioridade no recebimento de dividendos, fixos ou mínimos, tais ações preferenciais adquirirão o exercício do direito a voto se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

Art. 6.º Independentemente de modificação estatutária e observado o disposto no artigo anterior, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, por subscrição, até o limite de 450.000.000 (quatrocentas e cinquenta milhões) de ações, sendo até 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) em ações ordinárias e até 300.000.000 (trezentas milhões) em ações preferenciais.

Art. 7.º Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberação sobre a emissão de ações, estabelecendo:

I - se o aumento será mediante subscrição pública ou particular;

II - as condições de integralização em moeda, bens ou direitos, o prazo e as prestações de integralização;

III - as características das ações a serem emitidas (quantidade, espécie, classe, forma, vantagens, restrições e direitos);

IV - o preço de emissão das ações.

Art. 8.º Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.

Art. 9.º Quando houver direito de preferência dos antigos acionistas, o prazo para seu exercício, se não se estipular outro maior, será de 30 (trinta) dias contados de um dos dois seguintes eventos que antes ocorrer:

I - primeira publicação da ata ou do extrato da ata que contiver a deliberação de aumento de capital; ou

II - primeira publicação de específico aviso aos acionistas, quando este for feito pela administração.

Art. 10. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações de qualquer espécie, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, desde que a respectiva colocação seja feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública ou, ainda, mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Fica também excluído o direito de preferência para subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

Art. 11. Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia poderá passar a manter suas ações nominativas sob a forma escritural, em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira que designar, sem emissão de certificados.

Art. 12. O acionista que, nos prazos marcados, não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às ações por ele subscritas ou adquiridas ficará de pleno direito constituído em mora, independente de notificação ou de interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se ao pagamento dos juros de 1% (hum por cento) ao mês, da correção monetária e da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor daquelas prestações ou entradas.

CAPÍTULO III

ASSEMBLÉIAS GERAIS DOS ACIONISTAS

Art. 13. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1.º A mesa da Assembleia Geral será composta de um presidente e um secretário, sendo aquele escolhido por aclamação ou eleição e este nomeado pelo presidente da Assembleia Geral, a quem compete dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões.

§ 2.º Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias Gerais, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 horas antes da reunião.

§ 3.º Quinze dias antes da data das Assembleias Gerais, ficarão suspensos os serviços de transferências, conversão, agrupamento e desdobramento de certificados.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO

Art. 14. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Art. 15. A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO I

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 16. O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato por 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Findos, normalmente, os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

§ 1.º Os conselheiros elegerão o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração na primeira reunião do órgão, após sua posse.

§ 2.º Fica assegurado que pelo menos 01 (um) membro do Conselho de Administração será livremente indicado pelos empregados da sociedade, caso as ações que detenham não sejam suficientes para garantir a eleição.

Art. 17. Além das atribuições que lhe são conferidas por lei e por este Estatuto, compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II - eleger e destituir os diretores da Companhia;

III - fixar as atribuições dos diretores, observadas as normas deste Estatuto e as fixadas pelo próprio Conselho de Administração no regimento da Diretoria;

IV - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

V - convocar as Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias;

VI - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

VII - aprovar o orçamento anual da Companhia;

VIII - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores, observados, neste último caso os limites legais;

IX - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

X - autorizar a participação da Companhia em outras sociedades, em consórcios, "joint ventures", subsidiárias integrais, sociedades em conta de participação e em outras formas de associação e empreendimentos com terceiros, no país ou no exterior;

XI - autorizar a alienação das participações mencionadas na alínea imediatamente anterior, desde que exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria;

XII – definir, para a Diretoria, como serão exercidos os respectivos direitos que decorrem da posição de Companhia como sócia ou participante;

XIII - autorizar a prática de atos que tenham por objeto renunciar a direitos ou transigir, bem como a prestar fiança em processos fiscais, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XIV - autorizar a aquisição de ações da própria Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria, e, neste último caso, deliberar sobre sua eventual alienação;

XV - autorizar a prática de atos que importem na constituição de ônus reais ou na alienação referentes a bens do seu ativo permanente, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVI - autorizar a prática de quaisquer atos que importem em obrigação para a Companhia ou na liberação de terceiros de obrigações para com a mesma, observadas as normas e/ou limites fixados pelo próprio Conselho de Administração no regimento da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVII - autorizar a realização de contratos com os administradores, acionistas controladores ou com sociedade em que os administradores ou acionistas controladores tenham interesse, exceto com as sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

XVIII - deliberar sobre a outorga de opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;

XIX - deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, notas promissórias comerciais ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários autorizados pela legislação, observadas as formalidades legais;

XX - escolher e destituir os auditores independentes;

XXI – autorizar a assinatura de mútuo, nota ou outro instrumento de dívida, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais;

XXII – autorizar a prática de atos gratuitos, a concessão de fiança ou garantia a obrigação de terceiro ou a assunção de obrigação em benefício exclusivo de terceiros, por parte da Companhia, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais;

XXIII - resolver sobre os casos omissos neste Estatuto; e

XXIX - manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia.

Art. 18. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

§ 1.º As convocações serão feitas por seu Presidente, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

§ 2.º As reuniões do Conselho de Administração se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

§ 3.º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos conselheiros presentes

§ 4.º Os conselheiros poderão se fazer representar por um de seus pares, munidos de poderes expressos, inclusive para votar, bem como participar das reuniões por vídeo ou teleconferência, desde que presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho de Administração por carta, fac-símile ou correio eletrônico antes do término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente do Conselho de Administração ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome desse conselheiro.

Art. 19. Além de suas atribuições como conselheiro, são atribuições específicas do presidente do Conselho de Administração:

I - convocar as reuniões ordinárias (ou fixar as datas em que periodicamente estas ocorrerão) e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho de Administração;

II - instalar e presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho de Administração;

III - comunicar à Diretoria, aos acionistas e à Assembleia Geral, quando for o caso, as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração;

IV - firmar as deliberações do Conselho de Administração que devam ser expressas em resoluções, para conhecimento ou cumprimento dos diretores e do próprio Conselho de Administração;

V - dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto.

Art. 20. Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante suas ausências ou impedimentos temporários. No caso de vaga, terá as atribuições do Presidente, até que outro seja eleito pela primeira Assembleia Geral que vier a se realizar.

SEÇÃO II DIRETORIA

Art. 21. A Diretoria será composta por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 8 (oito) membros, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato por 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Findos normalmente os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos diretores eleitos.

§ 1.º No caso de vaga na Diretoria além das permitidas no § 1.º, o Conselho de Administração, no período de 30 (trinta) dias a contar da vacância, elegerá um novo diretor para completar o mandato do substituído.

§ 2.º O Conselho de Administração estabelecerá a composição da Diretoria, bem como fixará as atribuições de cada um de seus membros, nomeando dentre eles um diretor-presidente ao qual competirá, privativamente, representar a Companhia, em juízo, ativa ou passivamente, recebendo citação inicial.

§ 3.º O Conselho de Administração também designará, entre os diretores, aquele incumbido das funções de diretor de relações com o mercado, a quem caberá divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como cuidar do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado e com suas entidades reguladoras e fiscalizadoras.

§ 4.º Na ausência ou impedimento de qualquer dos diretores, suas atribuições serão exercidas pelo diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V CONSELHO CONSULTIVO

Art. 22. A Companhia poderá ter um Conselho Consultivo composto de até 6 (seis) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração e com mandato pelo prazo de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo único. O Conselho de Administração, ao eleger os membros do Conselho Consultivo, fixará os seus honorários.

Art. 23. Os conselheiros elegerão o presidente do Conselho Consultivo.

Art. 24. Competirá ao conselho consultivo, sempre reservadamente:

I - aconselhar a administração na orientação superior dos negócios sociais;

II - pronunciar-se sobre assuntos ou negócios da Companhia que lhe forem submetidos a exame; e

III - transmitir ao Conselho de Administração informações e dados técnicos, econômicos, industriais ou comerciais concernentes aos objetivos sociais da Companhia e das sociedades em que esta participar, apresentando sugestões e recomendações.

Art. 25. O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado por seu presidente ou pelo Conselho de Administração, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com a antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões do Conselho Consultivo se instalarão com a presença da maioria de seus membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Art. 26. A Companhia terá um conselho fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, o qual só entrará em funcionamento nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral que eleger os respectivos titulares, fixando-lhes a remuneração.

Art. 27. Os conselheiros fiscais terão as atribuições previstas em lei e, nos casos de ausência, impedimento ou vacância, serão substituídos pelos suplentes.

§ 1.º Para que o Conselho Fiscal possa funcionar, será necessária a presença da maioria de seus membros.

§ 2.º Caberá ao Conselho Fiscal eleger o seu presidente na primeira sessão realizada após sua instalação.

CAPÍTULO VII EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 28. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 29. As demonstrações financeiras e a destinação dos resultados obedecerão às prescrições legais e às deste Estatuto.

Parágrafo único. A Companhia levantará balanços semestrais, podendo fazê-lo também, a critério da administração, trimestralmente ou em períodos menores. Nos termos da regulamentação aplicável, os balanços referidos neste Parágrafo Único deverão acompanhar relatório contemplando resultados de estudos, auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade de sua implementação, com informações suficientes que suportem tal pretensão.

Art. 30. Satisfeitos os requisitos e limites legais, os administradores da Companhia terão direito a uma participação de até 10% (dez por cento) sobre os resultados do período, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O Conselho de Administração decidirá sobre a distribuição desta quota entre conselheiros e diretores.

Art. 31. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal de que trata o art. 193, da Lei nº 6.404/76.

Art. 32. A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Art. 33. Poderão ser pagos ou creditados, pela Companhia, juros sobre o capital próprio, imputando-se o respectivo valor ao dos dividendos obrigatórios previstos no art. 32 supra, de acordo com a Lei nº 9.249/95 e suas modificações havidas ou que venham a ocorrer.

CAPÍTULO VIII DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 34. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção, nos casos previstos em lei. Durante o período de liquidação será mantido o Conselho de Administração, competindo-lhe nomear o liquidante.

6. ORIENTAÇÕES GERAIS

1. Instruções aos participantes por meio de plataforma eletrônica:

Com base na Instrução CVM 481, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*. Os acionistas que participarem por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia serão considerados presentes à Assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, bem como assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, inciso III e parágrafo único da Instrução CVM 481.

Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os Acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico ri@energisa.com.br, até às 12:00 horas (Brasília) do dia 25 de abril de 2022, com a documentação indicada nos itens abaixo.

A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia digital, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como cópia simples dos seguintes documentos: (i) documentos indicados nos itens 2 e 3 abaixo; e (ii) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista.

Os Acionistas que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para participação virtual até às 12:00 horas (Brasília) do dia 25 de abril de 2022 não poderão participar da Assembleia.

Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, a Companhia enviará para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, além de informações sobre os canais de contato para envio de eventuais questionamentos, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante.

O Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação virtual e não tenha recebido, da Companhia, o e-mail com o link e instruções para acesso e participação nas Assembleias até às 12:00 horas (Brasília) do dia 26 de abril de 2022, deverá entrar em contato com a Companhia até às 10:00 horas (Brasília) do dia 27 de abril de 2022, pelo e-mail ri@energisa.com.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso.

O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do Acionista.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista nas Assembleias por meio da Plataforma Digital.

Para assegurar também a autenticidade e segurança das Assembleias, a Companhia informa que ela será integralmente gravada.

Excepcionalmente para estas Assembleias, e com o intuito de assegurar a participação dos Acionistas, a Companhia não exigirá cópias autenticadas nem reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro ou a notariação, legalização/apostilamento e registro no Registro de Títulos e Documentos no Brasil daqueles assinados fora do país, porém a tradução simples de referidos documentos estrangeiros continuará sendo exigida, exceto para os documentos emitidos em inglês.

A Companhia recomenda que os acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da referida plataforma, por vídeo e áudio e

também realizem o cadastro completo na plataforma tão logo recebam o link, pois ele ainda será validado pela Companhia.

A Companhia solicita que, no dia da Assembleia, os acionistas/participantes credenciados acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos da Assembleia.

2. Acionista Presente

A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como cópia simples dos seguintes documentos:

- documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);
- comprovante da titularidade de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, o qual se recomenda tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização das Assembleias Gerais;
- relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

3. Procuradores

O acionista que não puder comparecer e desejar participar da Assembleia Geral digital poderá constituir procurador com poderes para representá-lo.

Conforme previsto na Lei das S.A. (Lei nº 6.404, de 15.12.1976, parágrafo 1º do art. 126), o procurador deverá ser acionista da Companhia, advogado ou administrador da Companhia ou de instituição financeira/fundo de investimento. O procurador deverá ter sido instituído há menos de um ano da data da Assembleia Geral.

O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer às assembleias gerais como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas nas Assembleias Gerais digitais caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

Vale mencionar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1.º da Lei das S.A.; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado.

Para fins de melhor organização dos trabalhos, a Companhia solicita, nos termos do § 2º do artigo 13 do estatuto social, que os acionistas depositem os documentos necessários para participação nas Assembleias na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. **Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail ri@energisa.com.br.**

Ressalta-se que os acionistas poderão participar das Assembleias ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentar tais documentos na abertura das Assembleias Gerais, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da Instrução CVM 481.

4. Boletim de Voto

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

4.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços - Sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por esses determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Os agentes de custódia encaminharão as manifestações de voto por eles recebidas à Central Depositária da B3 que, por sua vez, gerará um mapa de votação a ser enviado ao escriturador da Companhia.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização das Assembleias, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Adicionalmente, o escriturador, também em linha com a Instrução CVM nº 481, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

4.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

No que se refere às formalidades necessárias para aceitação do Boletim de Voto a Distância, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos:

a. via original do Boletim de Voto a Distância devidamente preenchido, rubricado (em todas as páginas) e assinado, observado que a Companhia não exigirá o reconhecimento de firma de boletins emitidos em território brasileiro e a notariação daqueles emitidos fora do país;

b. cópia dos seguintes documentos:

Pessoas físicas:

- Documento de identidade do acionista válido com foto.

Pessoas jurídicas:

- Documentos comprobatórios de representação, incluindo os atos constitutivos e a ata de eleição dos administradores e, no caso de fundo de investimento, cópia (i) do regulamento do fundo em vigor, (ii) do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e (iii) a ata de eleição dos respectivos administradores.

- Documento de identidade do representante legal válido com foto.

O Boletim e os documentos acima devem ser recebidos até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 20 de abril de 2022, conforme disposto no artigo 21-B da Instrução CVM 481, e aqueles recebidos após esta data serão desconsiderados.

A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados à Gerência de Relação com Investidores, preferencialmente para o endereço eletrônico: ri@energisa.com.br.

Durante o prazo de votação, o Acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o Acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o Acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia digital, portando os documentos exigidos pela Companhia para participação presencial, e solicitar que as instruções de voto enviadas via Boletim sejam desconsideradas.

Além das informações constantes no Edital de Convocação, na Proposta da Administração e nesta proposta, os acionistas da Companhia poderão sanar eventuais dúvidas por meio de contato com a Gerência de Relações com Investidores, através do e-mail: ri@energisa.com.br

5. Conflito de Interesses

Durante a realização das Assembleias, assim como ocorre nas reuniões do órgão de administração e fiscalização da Companhia, os Acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer Acionista presente que tenha conhecimento de qualquer situação conflituosa em relação a outro Acionista e a matéria objeto da deliberação. Quando manifestado o conflito de interesses, o Acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o Acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente das Assembleias deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

Cuiabá, 28 de março de 2022.

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração